



**ESTADO DE RORAIMA**  
**UASG: 980036 - PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS**  
**SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO**



**EDITAL N.º 36/2026 PNCP**  
**PREGÃO PRESENCIAL N.º 012/2026 – SLC**  
**PROCESSO LICITATÓRIO N.º 022/2026- SEMDES/PMR**

**O MUNICÍPIO DE RORAINÓPOLIS – RR**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa localizada na Avenida Francisco Luiz Reginatto, nº 261, Bairro Park Amazônia I, CEP 69.373-000, inscrito no **CNPJ sob o nº 01.613.031/0001-80**, por intermédio do Setor de Licitação e Contratação devidamente designados pelo **DECRETO N.º 017/2024**, torna público aos interessados, que fará realizar na sua sede da Prefeitura Municipal de Rorainópolis, licitação na modalidade, **PREGÃO**, na forma **PRESENCIAL** para contratação do objeto especificado no item 1 e em conformidade com as condições abaixo:

**VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO**

O valor máximo estimado que a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social se compromete a pagar para a aquisição do objeto desta licitação é de **R\$ 416.519,60 (quatrocentos e dezesseis mil, quinhentos e dezenove reais e sessenta centavos)**.

**DATA DA SESSÃO PÚBLICA: Dia 15 DE JUNHO DE 2026 às 09h:00min**

Se na data supracitada não houver expediente, o início da abertura da sessão referente ao PREGÃO PRESENCIAL será no mesmo horário do primeiro dia útil subsequente.

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE**

**MODO DE DISPUTA: ABERTO**

O procedimento licitatório será processado e julgado em conformidade com os preceitos da **Lei Federal nº. 14.133 de 01.04.2021** e suas posteriores alterações, Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014 que promoveu modificações na Lei Complementar nº 123, de 2006, do Decreto nº 11.462, de 2023, e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Para aquisição do presente Edital e seus ANEXOS, os interessados deverão solicitar via e-mail: [cplrorainopolis@gmail.com](mailto:cplrorainopolis@gmail.com); Ou poderão retirá-lo na internet através do link <https://rorainopolis.rr.gov.br/transparencia/licitacoes>

**1. DO OBJETO:**

**1.1.** A presente licitação tem por objeto a escolha da proposta mais vantajosa para a **Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços funerários, com fornecimento de urnas mortuárias, visando atender às demandas da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SEMDES do Município de Rorainópolis/RR.**

**1.2.** A licitação será dividida em **lotes**, conforme especificações constantes no Termo de Referência (**ANEXO I**), que é parte integrante deste Edital.

**1.3.** Os trabalhos serão conduzidos por Servidor da Prefeitura Municipal de Rorainópolis/RR, denominado Pregoeiro, auxiliado pela Equipe de Apoio (art. 8º da Lei nº 14.133/2021), conforme designação no **Decreto municipal - E 006/2025.**

**2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO:**

**2.1.** Poderão participar desta licitação, **os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação**, e que preencham os requisitos legais e atendam as condições exigidas



**ESTADO DE RORAIMA**  
**UASG: 980036 - PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS**  
**SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO**



neste edital e seus anexos; especialmente aos requisitos mínimos de qualificação exigidos para execução do objeto desta licitação, e que estiverem previamente credenciados no SICAF, conforme art. 87, § 3º, da Lei nº 14.133/21.

**2.1.1.** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**2.1.2.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**2.1.3.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**2.1.4.** Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

**2.1.5. Não poderão disputar esta licitação:**

**2.1.6.** aquele que **não** atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

**2.1.7.** autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

**2.1.8.** empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

**2.1.9.** pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

**2.1.10.** aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**2.1.11.** empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

**2.1.12.** pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

**2.1.13.** agente público do órgão ou entidade licitante;

**2.1.14.** organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

**2.1.15.** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021;

**2.1.16.** O impedimento de que trata o item 2.1.7 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante;



**ESTADO DE RORAIMA**  
**UASG: 980036 - PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS**  
**SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO**



**2.1.17.** A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.1.6 e 2.1.7 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade;

**2.1.18.** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

**2.1.19.** O disposto nos itens 2.1.6 e 2.1.7 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução;

**2.1.20.** Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021;

**2.1.21.** A vedação de que trata o item 2.1.16 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

**2.1.22. Não se admite a participação na licitação mediante remessa da documentação e proposta de preço por e-mail.**

**2.1.23.** Será admitida a participação de empresas em recuperação judicial, desde que amparadas em certidão emitida pela instância judicial competente afirmando que a respectiva está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório;

### **3. DO CREDENCIAMENTO: (APRESENTAR FORA DOS ENVELOPES)**

**3.1.** No local, data e horários indicados no preâmbulo deste edital para entrega dos envelopes de proposta de preços e de habilitação, a licitante deverá igualmente realizar a entrega dos documentos de credenciamento do(s) representante(s) do(s) licitante(s). Os documentos de credenciamento devem ser entregues a Comissão separadamente dos envelopes de documentação e propostas. Para tanto, será indispensável à apresentação dos seguintes documentos:

**a) Titular da empresa licitante ou sócio da licitante,** apresentar Cédula de Identidade ou outro documento de identificação oficial com foto, acompanhado de: Registro comercial ou Contrato Social ou Estatuto em vigor, no caso de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, dos documentos de eleição de seus administradores; sendo que em tais documentos devem constar expressos poderes para exercerem direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura devendo ser entregue ao Agente/Comissão uma cópia legível;

**b) Representante designado pela empresa licitante:** apresentar Cédula de Identidade ou outro documento de identificação oficial com foto, acompanhado da CARTA DE CREDENCIAMENTO, conforme modelo no **ANEXO II**, ou de instrumento de procuração pública ou particular devidamente assinada, específica, com poderes para se manifestar em nome da empresa licitante em qualquer fase da licitação, acompanhado do registro comercial ou contrato social, no caso de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, dos documentos de eleição de seus administradores; sendo que em tais documentos devem constar expressos poderes para delegar direitos e obrigações a outrem;

**3.2.** Apresentar DECLARAÇÃO de que cumpre todos os requisitos do Edital (**Anexo XIII**).

**3.3.** Apresentar Relatório de Credenciamento Regular – Nível I – Credenciamento no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

**3.4.** **É dispensável a procuração,** na hipótese da empresa concorrente se fazer representar pelo próprio titular, no caso de firma individual, ou por sócio com poderes para representá-la, na licitação, através do Ato Constitutivo.



**ESTADO DE RORAIMA**  
**UASG: 980036 - PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS**  
**SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO**



**3.5. Será admitido apenas 01 (um) representante credenciado para cada licitante;** ou seja, cada representante, ainda que munido de procuração, somente poderá representar apenas uma empresa. **Vedada a substituição de representante credenciado**, salvo na hipótese da empresa concorrente se fazer representar pelo próprio titular, no caso de firma individual, ou por sócio com poderes para representá-la, na licitação, através do Ato Constitutivo.

**3.6.** Toda a documentação relativa ao **credenciamento** deverá ser apresentada **fora** dos envelopes de "Documentos de Habilitação" e de "Proposta de Preços".

**3.7.** Declarado aberto o procedimento de credenciamento, **não mais será admitida** a participação de outras Proponentes. Nesse momento, o(a) Agente/Comissão de Contratação, realizará serviços de conferências dos documentos apresentados.

**3.8.** **A licitante que apresentar no Credenciamento**, o Ato Constitutivo, Estatuto, Contrato Social e suas alterações ou Consolidação respectiva ou outro instrumento de Registro Comercial com suas devidas alterações, **fica dispensada de apresentá-los novamente**, no Envelope nº 01 - "Documentos de Habilitação". Entretanto, toda a documentação apresentada no credenciamento, passará a integrar a estrutura do processo objeto desta licitação.

**3.9. Será obrigatório que a licitante constitua** representante credenciado perante o Agente/Comissão de Contratação, para participação das sessões públicas, para participar da fase de lances verbais, de negociação de preços, declarar a intenção de interpor recurso, enfim, representar a licitante durante a reunião de abertura dos envelopes de "Habilitação" e de "Propostas de Preços" relativos a este Edital.

**3.10.** A não apresentação dos documentos para o credenciamento não inabilitará o licitante, mas o impedirá de ofertar lances verbais, lavrando-se, em ata, o impedimento.

**3.11.** Os representantes dos licitantes deverão permanecer no local da sessão até a conclusão dos procedimentos, vez que deverão assinar a ata da reunião e documentos respectivos.

**3.12.** Em se tratando de **MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE** ou **MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL**, se for o caso, nos termos da lei complementar nº 123, de 14.12.2006, e para que essa possa gozar dos benefícios previstos no Capítulo V da referida Lei, **É NECESSÁRIO APRESENTAR JUNTO COM OS DOCUMENTOS DE CREDENCIAMENTO:**

a) Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial (IN 103/2008, § 8º), lembrando que será vistoriado o prazo de validade não superior a 60 (sessenta);

b) Se tratando de **MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL** apresentar o Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCEI disponibilizado no Portal do Microempreendedor ([www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br)).

**3.13.** A licitante que não apresentar os documentos descritos nas alíneas "a" e "b" do item 3.4, participará do certame, mas não terá direito aos benefícios previstos na LC 123/06.

**3.14.** A falsidade de declaração prestada, objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 6.204, de 05 de setembro de 2007, sujeitará a licitante à pena do Art. 299 do Código Penal e de outras figuras penais pertinentes, com o imediato envio de cópias correspondentes ao Ministério Público.

**3.15.** A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante Agente da Administração, mediante apresentação de original, desde que seja solicitado junto a comissão **até 24 (vinte e quatro) horas** antes da hora marcada para abertura da sessão, ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal, nos termos do art. 12, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021.

**3.16.** Somente poderá participar do pregão e da fase de lances verbais o representante da licitante presente no evento e devidamente credenciado.

**3.17.** O representante da licitante que não se fizer presente e não se credenciar perante o Pregoeiro ficará impedido de participar da fase de lances verbais, de negociação de preços, de declarar a intenção de interpor recurso, de renunciar ao direito de interposição de recursos, de





**ESTADO DE RORAIMA**  
**UASG: 980036 - PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS**  
**SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO**



representar o licitante durante a reunião de abertura dos envelopes “Proposta ou “Documentação” relativos a este Pregão;

**3.18.** A licitante que se retirar antes de qualquer fase da sessão considerará-se-á que tenha renunciado ao direito de oferecer lances e recorrer dos atos do Pregoeiro;

**3.19.** A ausência do representante em qualquer momento da sessão importará a imediata exclusão da respectiva credenciada, salvo autorização expressa do Pregoeiro;

**3.20.** Somente as Licitantes que atenderem aos requisitos do item 3 deste edital terão poderes para formular verbalmente, na sessão, novas propostas e lances de preços, manifestar após a declaração do vencedor, imediata e motivadamente, a intenção de recorrer contra decisões da Pregoeiro, assinar a ata onde estará registrado o valor final decorrente dos lances e praticar todos os demais atos inerentes ao certame em nome da Proponente. A saída do representante da Licitante do ambiente do Pregão antes do término da sessão, injustificadamente, será considerada renúncia ao direito de oferecer lances e recorrer dos atos do Pregoeiro.

**3.21.** Uma vez finalizado o Credenciamento **NÃO** cabe desistência da Proposta.

#### **4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**4.1.** Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

**4.2.** A participação ocorrerá mediante apresentação da PROPOSTA na forma presencial, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

**4.3.** No dia, hora e local previstos neste edital, o **Pregoeiro e Equipe de Apoio** receberão os envelopes “nº 01” Proposta de Preços e “nº 02” Documentos de Habilitação os quais deverão ser apresentados:

- a) Devidamente lacrados de forma indevassável;
- b) Rubricados no fecho;
- c) Preferencialmente opacos e de papel;
- d) Contendo em suas partes externas em caracteres destacados os seguintes dizeres:

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINOPOLIS**  
**SETOR DE LICITAÇÃO**  
**PREGÃO PRESENCIAL N.º \_\_\_\_/2026**  
**ENVELOPE N.º 01: “PROPOSTA DE PREÇOS”**  
**DIA E HORÁRIO DA ABERTURA DO PREGÃO**  
**(RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE)**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINOPOLIS**  
**SETOR DE LICITAÇÃO**  
**PREGÃO PRESENCIAL N.º \_\_\_\_/2026**  
**ENVELOPE N.º 02: “DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO”**  
**DIA E HORÁRIO DA ABERTURA DO PREGÃO**  
**(RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE)**

**4.4.** A ausência dos dizeres na parte externa não desclassificará a licitante, podendo ser inscritos durante a sessão.

**4.5.** Caso ocorra, por falta dos dizeres, abertura equivocada do envelope, o mesmo será imediatamente lacrado e rubricado por todos os presentes.



**ESTADO DE RORAIMA**  
**UASG: 980036 - PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS**  
**SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO**



**4.6.** A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante agente da Administração, mediante apresentação de original, desde que seja solicitado junto a **comissão até 24 (vinte quatro) horas antes da hora marcada para a sessão de recebimento das propostas**, ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal, nos termos do art. 12, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021.

**4.7.** A sessão poderá ser suspensa a qualquer momento para averiguação de documentação e esclarecimento de outros aspectos que o Pregoeiro julgar necessário ao perfeito andamento do certame.

**4.8.** Todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do licitante, com o número do CNPJ e, preferencialmente, com endereço respectivo, devendo ser observado o seguinte:

**4.8.1.** Se o licitante for a **matriz**, todos os documentos deverão estar com o número do CNPJ da matriz, ou;

**4.8.2.** Se o licitante for a **filial**, todos os documentos deverão estar com o número do CNPJ da **filial**, exceto quanto à Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, por constar no corpo das certidões supra, serem válidas para matriz e filiais, assim como quanto ao Certificado de Regularidade do FGTS, quando o licitante tenha o recolhimento dos encargos centralizado, **devendo, desta forma, apresentar o documento comprobatório de autorização para a centralização**, ou:

**4.8.3.** Se o licitante for a **matriz** e o fornecedor for a **filial**, os documentos deverão ser apresentados com o número de CNPJ da **matriz** e da **filial**, simultaneamente. A mesma situação fica configurada quando o licitante for a filial e o fornecedor for a matriz, observando-se o quanto à centralização de recolhimentos dos encargos;

**4.8.4.** Serão dispensados da apresentação de documentos com o número do CNPJ da **filial** aqueles documentos que, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da **matriz**.

**4.9.** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

**4.10.** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

## **5. DO CONTEÚDO DA PROPOSTA DE PREÇOS**

**5.1.** A apresentação da proposta implicará plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

**5.2. A PROPOSTA DE PREÇOS DEVERÁ SER APRESENTADA IMPRESSA, REDIGIDA COM CLAREZA EM PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE**, em língua portuguesa, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas. Suas páginas devem estar rubricadas, exceto a última que deverá estar datada e assinada com identificação pelo representante legal ou por seu preposto legalmente estabelecido, conforme **Anexo X – Modelo de Proposta de Preços**, e delas deverão conter obrigatoriamente o seguinte conteúdo:

**5.2.1.** Identificação da licitante: razão social, número do CNPJ, endereço completo, telefone, e-mail; e dados bancários,

**5.2.2.** O preço unitário e total de cada item, bem como o valor global, deverão ser apresentados em algarismos arábicos expressos em reais (R\$), sendo recomendável a indicação do valor total por extenso, contendo a especificação detalhada dos objetos e demais elementos pertinentes, marca, fabricante, modelo/versão que possibilitem a sua completa avaliação, inclusive unidade de medida e quantitativo para que seja verificada a compatibilidade com as especificações de acordo com **Anexo I - Termo de Referência** e já inclusos no preço os valores dos impostos, taxas, transporte, encargos sociais e trabalhistas bem como outras despesas para o fiel atendimento do objeto.



**ESTADO DE RORAIMA**  
**UASG: 980036 - PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS**  
**SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO**



5.2.3. Uma única cotação de preço;

5.2.4. Prazo de validade da proposta consignado de no mínimo 60 (sessenta) dias contados da data estipulada para a realização da sessão;

5.2.5. Prazo de entrega dos produtos licitados conforme Termo de Referência – Anexo I;

5.2.6. Deverá constar na proposta ou em anexo à ela **DECLARAÇÃO DE QUE SUA PROPOSTA** comercial compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme disposto no parágrafo § 1º art. 63º da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021, conforme modelo constante no **ANEXO XI - A –DECLARAÇÃO DE PROPOSTA ECONÔMICA**.

5.3. Se da proposta constar condições materiais mais vantajosas que as exigidas neste Edital, elas não serão consideradas para efeito de escalonamento das ofertas, mas vincularão o proponente na execução contratual;

5.4. Os preços são de exclusiva e total responsabilidade da empresa licitante, não sendo admitidos quaisquer acréscimos, supressões ou retificações nas propostas depois de apresentadas, salvo os aceitos pelo Pregoeiro por motivo justo, decorrente de fato superveniente ou erro manifesto e formal;

5.4.1. Os referidos lotes que não constar marcas para todos os seus itens, será automaticamente desclassificado;

5.4.2. Os preços apresentados devem incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, fretes, treinamentos, lucros, dividendos e demais despesas necessárias ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus Anexos;

5.4.3. Quaisquer tributos, despesas e custos, diretos ou indiretos, omitidos na proposta ou incorretamente cotados serão considerados como inclusos no preço, não sendo considerados pleitos de acréscimos a esse ou qualquer título, devendo o objeto ser fornecido sem ônus adicional.

5.5. Qualquer divergência entre os valores unitários e totais será considerado o primeiro e entre os valores expressos em algarismo e por extenso, será considerado esse último.

5.6. Não se admitirá proposta com preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os de mercado, ainda que o ato convocatório não tenha estabelecido limites mínimos.

5.7. Após apresentação da proposta, não caberá mais a desistência da licitante, salvo por motivo superveniente, devidamente comprovado e aceito pelo Pregoeiro.

5.8. Não serão aceitas propostas alternativas, submetidas a termo, condição ou encargo ou com preços indeterminados.

5.9. A Planilha de Custos e Formação de Preços deverá ser encaminhada pelo licitante fisicamente no prazo **de até 24 (vinte e quatro) horas**, contado da abertura de prazo pelo pregoeiro, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor, e será analisada pelo Pregoeiro no momento da aceitação do lance vencedor.

5.10. É facultado o pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada e protocolada fisicamente pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.11. Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida.

5.12. O Pregoeiro analisará a compatibilidade dos preços unitários apresentados na Planilha de Custos e Formação de Preços com aqueles praticados no mercado em relação aos insumos. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.



**ESTADO DE RORAIMA**  
**UASG: 980036 - PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS**  
**SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO**



**5.13.** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço.

**5.14.** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, e dos registros do material poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante dos itens ou da área especializada no objeto.

**5.15.** Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

**5.16. SERÁ DESCLASSIFICADA A PROPOSTA DE PREÇOS QUE:**

**5.16.1.** Não atender às exigências do ato convocatório da licitação, em especial não conter qualquer especificação exigida no item 5.2 e seus subitens;

**5.16.2.** Estiver omissa, vaga, com irregularidades ou defeitos insanáveis, capazes de dificultar o julgamento;

**5.16.3.** Impuser condições que possam induzir mais de um resultado ou ressalvas em relação às estabelecidas neste Edital;

**5.16.4.** Não apresentar/informar marca dos produtos ofertados na proposta de preços;

**5.16.5.** Tiver salvo erro manifesto e sanável, especificações em desacordo com o estabelecido no Edital;

**5.16.6.** Tiver valores consideravelmente superiores aos estimados ou com preços manifestamente inexequíveis, assim considerados a proposta que não demonstrar sua viabilidade econômica, ou seja, custos de insumos coerentes com os de mercado.

**5.16.7.** não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

**5.16.8.** No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração;

**5.16.9.** A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do Pregoeiro/Comissão.

**5.16.10.** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

**5.16.11.** Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sítio eletrônico oficial do Município, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

**5.17. A SIMPLES PARTICIPAÇÃO DA LICITANTE NESTE CERTAME IMPLICA:**

**5.17.1.** O pleno conhecimento e aceitação dos termos e condições do Edital e seus Anexos e da obrigação de cumpri-los fielmente, por sua conta e risco, pelos preços ora propostos, não cabendo nenhum acréscimo ou indenização posterior decorrente de erro de cálculo na elaboração;

**5.17.2.** O dever da licitante vencedora no prazo em **até vinte e quatro horas**, contados a partir do encerramento da sessão de lances, para apresentar a proposta de preço com os respectivos valores readequados ao valor do lance vencedor;

**5.17.3.** O comprometimento de executar ou fornecer o objeto da licitação em total conformidade com as especificações do Edital e seus anexos.

**5.17.4.** O desatendimento de exigências **meramente formais** que não comprometam a aferição da qualificação do licitante ou a compreensão do **conteúdo de sua proposta** não importará seu afastamento da licitação ou a invalidação do processo nos termos do art. 12, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/2021.

**5.17.5.** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação, nos termos do art. 12, inciso III da Lei 14.133/2021.





**ESTADO DE RORAIMA**  
**UASG: 980036 - PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS**  
**SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO**



## **6. DO PROCEDIMENTO E JULGAMENTO**

**6.1.** No dia, horário e local estabelecido no preâmbulo deste edital serão recebidos os credenciamentos e será aberta, pelo Pregoeiro, a sessão pública destinada ao recebimento e abertura dos envelopes “Proposta” e “Documentação”:

**6.1.1.** Declarada a abertura do certame, o Pregoeiro receberá e verificará a regularidade dos envelopes trazidos pelas licitantes, observando o preenchimento dos requisitos fixados neste edital e não serão admitidos novos proponentes.

**6.1.2.** Não será aceita, em qualquer hipótese, a participação de licitante retardatário, a não ser como ouvinte.

Recebidos os envelopes, descaberá a desistência da proposta.

**6.1.3.** O julgamento da proposta será processado e julgado em consonância com as exigências do Edital e legislações pertinentes e o critério de julgamento das propostas será do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**

**6.1.4.** Considerando o disposto no artigo 56 da Lei 14.133/2021, o modo de disputa será **ABERTO**, no qual os licitantes apresentarão suas propostas, primeiramente lacradas, até a data e hora designada para sua divulgação, e posteriormente por meio de lances sucessivos e decrescentes.

**6.1.5.** Após a abertura e análise das propostas escritas, serão classificadas para a etapa de disputa aberta aquelas que atenderem aos requisitos de aceitabilidade previstos neste edital. Os licitantes cujas propostas forem classificadas participarão da fase de lances verbais, públicos e sucessivos, conforme estabelecido no artigo 56 da Lei nº 14.133/2021, com vistas à obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

**6.1.6.** O Pregoeiro, convocará individualmente os licitantes classificados nas condições dos **subitens 6.1. a 6.1.4**, após observado os demais subitens do edital, da classificação na ordem decrescente de valores, a oferecerem lances verbais, a partir do autor da proposta classificada com menor preço, procedendo do mesmo modo com os demais licitantes e repetindo o procedimento até que nenhum deles tenha lances a oferecer.

**6.1.7.** Não havendo pelo menos 3 (*três*) propostas nas condições definidas no item 6.1.6, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

**6.1.8.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (*cinco por cento*), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

**6.1.9.** Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

**6.1.10.** Encerrados os prazos estabelecidos, os lances serão ordenados e divulgados em ordem crescente de valores.

**6.1.11.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

**6.1.12.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

**6.1.13.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;



**ESTADO DE RORAIMA**  
**UASG: 980036 - PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS**  
**SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO**



- c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle;
- e) Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- f) empresas estabelecidas no território do Estado em que este se localize;
- g) empresas brasileiras;
- h) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- i) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

**6.1.14.** Persistindo o empate, o critério de desempate será o sorteio, registrado em ata.

**6.1.15.** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

**6.1.16.** A negociação será realizada na forma presencial, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**6.1.17.** O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

**6.1.18.** Havendo apenas uma proposta, desde que atenda a todas as condições do edital e esteja compatível com o valor estimado pelo órgão, esta poderá ser aceita, devendo o pregoeiro negociar, visando obter menor preço.

## **7. DA FASE DE JULGAMENTO**

**7.1.** Encerrada a etapa de negociação, o **Pregoeiro e Equipe de Apoio** verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no **art. 14 da Lei nº 14.133/2021**, legislação correlata, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

**7.2.** A consulta aos cadastros será realizada em **nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário**, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

**7.3.** Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput).

**7.4.** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

**7.5.** O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

**7.6.** Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

**7.7.** A consulta Situação do Fornecedor não dispensa o licitante de apresentar toda a documentação exigida (Habilitação Fiscal e Trabalhista, Qualificação econômico-financeira e Qualificação Técnica).



**ESTADO DE RORAIMA**  
**UASG: 980036 - PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS**  
**SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO**



**7.8.** Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.

**7.9.** Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

## **8. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

**8.1.** Os documentos previstos no **Edital e Termo de Referência**, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

**8.2.** A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista, econômico-financeira e qualificação técnica, não poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

**8.3.** Constatada a existência de sanção, após consulta prevista conforme o disposto no item 7.1 o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

**8.4.** Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio da análise dos documentos apresentados e por eles abrangidos, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, à qualificação econômico-financeira e habilitação técnica e exigências no termo de referência.

**8.5.** Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, fisicamente ou em formato digital, via e-mail [cplrorainopolis@gmail.com](mailto:cplrorainopolis@gmail.com), no prazo de até **24 (vinte e quatro)** horas, sob pena de inabilitação, conforme art. 64, da Lei nº 14.133/2021.

**8.6.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

**8.7.** Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

**8.8.** Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

**8.9.** Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

**8.10. Os documentos exigidos para fins de habilitação não poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública.**

**8.11.** Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

**8.12.** Será verificado se o licitante apresentou, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**8.13.** O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais,



**ESTADO DE RORAIMA**  
**UASG: 980036 - PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS**  
**SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO**



nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

**8.14.** A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

**8.15.** Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes apresentação, no dia e horário designados para abertura da sessão pública, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

**8.16.** Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

**8.17.** Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

**8.18.** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para Lei 14.133/21, art. 64, complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

**8.19.** Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

**8.20.** Aferição das condições de habilitação ou de classificação do licitante decorrentes de fatos ou condições preexistentes ao momento da abertura do certame.

**8.21.** A realização ou não de diligência não configura direito subjetivo do licitante a juntada de documentos após o encerramento do prazo estabelecido nos itens, restando preclusa, em caráter definitivo, a possibilidade de o licitante juntar novos documentos, o que implicará na sua inabilitação ou desclassificação do certame.

**8.22.** Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

**8.23.** Caso ocorra, por falta dos dizeres, abertura equivocada do envelope, o mesmo será imediatamente lacrado e rubricado por todos os presentes.

**8.24.** Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

**8.25.** Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

**8.26.** A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

**8.27.** Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

**8.28. DO CONTEÚDO DO ENVELOPE DE DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:**

**8.28.1.** Todos os licitantes deverão apresentar dentro do envelope nº 2 os documentos específicos para a participação nesta Licitação, devendo ser entregues, de preferência, numerados sequencialmente e na ordem a seguir indicada, a fim de permitir maior rapidez na conferência e exame correspondentes.

**8.29. HABILITAÇÃO JURÍDICA:**





**ESTADO DE RORAIMA**  
**UASG: 980036 - PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS**  
**SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO**



Para fins de habilitação jurídica, deverão ser apresentados os seguintes documentos, conforme o tipo societário da licitante:

- a) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, emitida pela Junta Comercial da unidade federativa da sede da empresa;
- b) Sociedade empresária ou sociedade limitada unipessoal (SLU): ato constitutivo (contrato social ou estatuto), em sua versão consolidada ou acompanhado de todas as alterações contratuais, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de eleição ou nomeação dos administradores;
- c) Sociedade por ações: estatuto social atualizado e consolidado, com ata da assembleia geral que elegeu a atual diretoria, devidamente registrado na Junta Comercial;
- d) Sociedade simples: contrato social ou estatuto social, com a devida inscrição no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local da sede, acompanhado de documento que comprove a designação dos administradores;
- e) Sociedade cooperativa: ata de constituição, estatuto social vigente e ata da assembleia geral que o aprovou, devidamente registrados na Junta Comercial ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, além do comprovante de registro previsto no art. 107 da Lei nº 5.764/1971;
- f) Empresa estrangeira autorizada a funcionar no Brasil: decreto de autorização de funcionamento no país e prova de registro ou autorização no órgão competente, bem como inscrição no CNPJ e documentos arquivados na Junta Comercial;
- g) Outros casos específicos: documento de registro, autorização ou ato equivalente que comprove a existência e o regular funcionamento da entidade, conforme exigência legal específica aplicável à sua natureza jurídica ou ramo de atividade.

Parágrafo único. Os documentos mencionados deverão estar atualizados e em vigor, devidamente registrados no órgão competente e, quando aplicável, acompanhados de todas as alterações contratuais subsequentes ou versão consolidada vigente, sob pena de inabilitação.

### **8.30. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:**

Os licitantes deverão comprovar regularidade fiscal, social e trabalhista mediante apresentação dos seguintes documentos:

- a) Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- b) Certidão negativa de débitos relativos a tributos federais e à dívida ativa da União;
- c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- d) Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa quanto à inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, conforme o Título VII-A da CLT, aprovado pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943;
- e) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal do domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividades e compatível com o objeto contratual;
- f) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- g) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- h) Declaração de cumprimento ao disposto no Inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, referente à proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos e qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz.

### **8.31. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**



**ESTADO DE RORAIMA**  
**UASG: 980036 - PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS**  
**SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO**



**8.31.1.** Certidão negativa de feitos sobre falência, EXPEDIDA PELO DISTRIBUIDOR DA SEDE DO LICITANTE, conforme determina o art. 69, inciso II da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, há menos de 60 (sessenta) dias da data prevista para a abertura da licitação, exceto quando dela constar o prazo de validade.

a) Nos casos de participação de empresa em recuperação judicial, deverá ser apresentado, juntamente com a **Certidão Positiva de Recuperação Judicial, o Plano de Recuperação Judicial homologado pelo juízo competente** e em pleno vigor, o qual certifica que a empresa está apta econômica e financeiramente a suportar o cumprimento de um futuro contrato com a Administração Pública, sem prejuízo a apresentação dos documentos exigidos quanto à qualificação econômico-financeira. O mero despacho de processamento do pedido de recuperação judicial, com base no art. 52 da Lei 11.101, de 2005, não demonstra que a empresa em recuperação possua viabilidade econômico-financeira, mas apenas com o acolhimento judicial do plano de recuperação.

**8.31.2.** Balanço patrimonial e demonstrações contábeis balanço patrimonial, **DOS 2 (DOIS) ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS** (ART. 69 LEI 14.133/2021) e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados a mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, devendo vir acompanhado de cópia dos termos de abertura e encerramento do Livro Diário do qual foi extraído, contendo o número de registro da Junta Comercial ou Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas – RCPIJ, **bem como a identificação da assinatura do titular ou representante legal da empresa e do contador, acompanhado da Certidão de Regularidade Profissional devidamente válida na data do certame, emitida com finalidade: editais de licitação, expedida pelo Conselho Regional de Contabilidade.** Os documentos referidos deste artigo limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) (Art. 69 §6º da Lei 14.133/21).

**8.31.3.** O conjunto completo das demonstrações contábeis obrigatórias compreende: Balanço Patrimonial; Demonstração do Resultado do Exercício. -DRE e Notas Explicativas.

**8.31.4.** Os documentos referidos no subitem anterior, limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

**8.31.5.** As empresas criadas no exercício financeiro da licitação, ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura, conforme artigo 65, §1º, da Lei nº 14.133/2021;

**8.31.6.** É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social;

**8.31.7.** Caso o licitante seja cooperativo, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

**8.31.8.** Comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$\text{LG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$\text{SG} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

Ativo Circulante



**ESTADO DE RORAIMA**  
**UASG: 980036 - PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS**  
**SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO**

LC =

-----  
Passivo Circulante



**8.31.9.** As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 5% (cinco por cento) do valor estimado do lote pertinente.

**8.31.10.** Os índices estabelecidos atendem ao disposto no art. 69, caput e §5º, da Lei 14.133/21, pois permitem a comprovação de uma avaliação mais precisa da situação financeira da empresa de forma objetiva, os mesmos foram estabelecidos observando percentuais usualmente adotados no mercado para a avaliação da situação financeira das empresas e não frustram ou restringem o caráter competitivo do certame, pois foram estabelecidos em patamares mínimos aceitáveis, com intuito de garantir a continuidade da execução dos serviços, objeto desta licitação.

**8.31.11.** Todas as Empresas licitantes, independentemente da forma de constituição, deverão apresentar dentro do ENVELOPE Nº 02, o ANEXO IV da Capacidade Econômica e Financeira, com os elementos discriminados devidamente calculados com assinatura do Contador responsável pela elaboração, com firma reconhecida em cartório, ressalvado o disposto na Resolução CFC Nº. 1402/12 de 27.07.2012.

### **8.32. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

**8.32.1.** Deverão ser observadas as exigências contidas no Termo de Referência, Anexo I, deste Edital.

### **8.33. OUTROS DOCUMENTOS:**

**8.33.1.** Deverão ser observadas as exigências contidas no Termo de Referência, Anexo I, deste Edital.

### **8.34. DECLARAÇÕES:**

a) Declaração, assinada pelo representante legal da licitante, da inexistência de fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, bem como sobre as ocorrências posteriores, conforme modelo constante no ANEXO V;

b) Declaração, assinada pelo representante legal do licitante, de que não possui, em seu quadro de pessoal, empregado (s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e, não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7.º da Constituição Federal, conforme modelo constante do **ANEXO VI** deste Edital;

c) Declaração que não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

d) Declaração, assinada pelo representante legal do licitante, de que os sócios, administradores, empregados e controladores da proponente não são servidores ou dirigentes do MUNICÍPIO DE RORAINÓPOLIS ou responsável pela licitação; conforme modelo constante do **ANEXO VII** deste Edital.

e) Declaração que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas. **ANEXO VIII** deste Edital

f) Declaração que o licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

g) Declaração que o fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo



**ESTADO DE RORAIMA**  
**UASG: 980036 - PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS**  
**SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO**



3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021. Conforme modelo **ANEXO IX**.

h) Formulário fornecido pelo órgão licitante contendo todas as informações solicitadas, devidamente preenchidas e assinadas pelo representante legal, conforme modelo constante no **ANEXO XI** deste Edital. Cabe ressaltar que a apresentação do referido formulário não é de cunho obrigatório, porém é de responsabilidade do licitante a prestação das informações no momento da apresentação das propostas de preços.

i) A falsidade da declaração de que trata os itens acima sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

**8.35.** Para as Declaração que não há um modelo pré-definido para o referido documento, permite-se que os licitantes utilizem sua própria formatação e estrutura, desde que todas as informações exigidas sejam claramente apresentadas.

**8.36.** Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documento” em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

**8.37.** Todos os documentos de habilitação deverão estar com prazo vigente, e para as certidões que não mencionarem prazo de validade, considerar-se-á o prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua expedição.

**8.38.** Serão inabilitadas as empresas que não atenderem ao item 8.29 e seus subitens ou seja se a documentação de habilitação não estiver de acordo com as exigências editalícias e contrariar qualquer dispositivo deste edital e seus anexos, o Pregoeiro considerará a proponente desclassificada.

**8.39.** Nos termos do artigo 43 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

**8.40.** As microempresa ou empresa de pequeno porte ou a elas equiparadas, havendo alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. De acordo com o Art. 43, § 1º da Lei 123/06, conforme abaixo:

**Art. 43.** As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

§ 1º Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014);

(...)

§ 3º A prorrogação do prazo previsto do § 1º poderá ser concedido, a critério da Administração Pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.





**ESTADO DE RORAIMA**  
**UASG: 980036 - PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS**  
**SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO**



**8.41.** A não regularização da documentação **NO PRAZO PREVISTO IMPLICARÁ** na decadência do direito à contratação, conforme expresso no inciso IV do art. 155 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da mesma Lei, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para contratação, ou revogar a licitação.

**8.42.** A licitante é responsável pelas informações prestadas, sendo motivo de Inabilitação ou Desclassificação, a prestação de informações falsas ou que não reflitam a realidade dos fatos. A inabilitação ou desclassificação poderá ocorrer, caso a Administração, venha tomar conhecimento de fato que desabone a idoneidade da licitante, que comprove a falsidade das informações prestadas ou qualquer outro que contrarie as disposições contidas neste edital.

**8.43.** A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e à conformidade da proposta ou ao enquadramento do licitante na condição de ME ou de EPP sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital, bem como caracteriza crime nos do artigo nº. 299 do Código Penal Brasileiro, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas cabíveis.

**8.44.** Não fará jus ao regime diferenciado e favorecido nas licitações públicas previsto na Lei Complementar nº 123/2006 a Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, ou a elas equiparadas:

- a) De cujo capital participe outra pessoa jurídica;
- b) Que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
- c) De cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado, nos termos da referida Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o art. 3º, inciso II, da Lei Complementar nº 123/2006;
- d) Cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada por esta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o art. 3º, inciso II, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
- e) Cujo sócio ou titular seja, administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
- f) Constituída sob a forma de cooperativa, salvo as de consumo;
- g) Que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- h) Resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- i) Constituída sob a forma de sociedade por ações.

**8.45.** A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante agente da Administração, mediante apresentação de original, desde que seja solicitado junto a **comissão até 30 (trinta) minutos antes da hora marcada** para a sessão de recebimento das propostas, ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal, nos termos do art. 12, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021.

**8.46.** Os documentos exigidos emitidos pelo órgão responsável através da Internet poderão ter sua autenticidade conferida no site do referido órgão.

**8.47.** Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação nos termos do art. 64, § 1º da Lei Federal nº 14.133/2021.



**ESTADO DE RORAIMA**  
**UASG: 980036 - PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS**  
**SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO**  
**9. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**



- 9.1.** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.2.** O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 9.3.** Os recursos deverão ser encaminhados fisicamente, por petição dirigida ou protocolada no Setor de Licitações no endereço: Avenida Francisco Luiz Reginatto, nº 261, Bairro Park Amazônia I, Rorainópolis-RR, CEP: 69.373-000.
- 9.4.** Para o protocolo presencial será considerado o horário de funcionamento do Órgão, qual seja, das 07:30 às 13:30 de segunda à sexta-feira.
- 9.5.** O recurso será dirigido ao responsável pela condução do edital, o qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 9.6.** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 9.7.** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 9.8.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 9.9.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 9.10.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na Sede do Setor de Licitações.

## **10. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

- 10.1.** A sessão pública poderá ser reaberta:
- 10.1.1.** Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.
- 10.1.2.** Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.
- 10.2.** Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.
- 10.2.1.** A convocação se dará por meio do Diário Oficial utilizados em publicações pelo município ou e-mail de acordo com a fase do procedimento licitatório.
- 10.2.2.** A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos na proposta do licitante, sendo de inteira responsabilidade do licitante informar seus dados corretos na proposta de preços.

## **11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 11.1.** Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 11.1.1.** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Comissão durante o certame.
- 11.2.** Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
- 11.2.1.** Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;



**ESTADO DE RORAIMA**  
**UASG: 980036 - PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS**  
**SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO**



- 11.2.2.** Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
- 11.2.3.** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 11.2.4.** Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 11.2.5.** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- 11.2.6.** Fraudar a licitação.
- 11.3.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 11.3.1.** Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 11.3.2.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 11.3.3.** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013;
- 11.4.** Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 11.4.1.** Advertência;
- 11.4.2.** Multa;
- 11.4.3.** Impedimento de licitar e contratar; e
- 11.4.4.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 11.5.** Na aplicação das sanções serão considerados:
- 11.5.1.** A natureza e a gravidade da infração cometida.
- 11.5.2.** As peculiaridades do caso concreto;
- 11.5.3.** As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 11.5.4.** Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 11.5.5.** A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 11.6.** A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 11.6.1.** Para as infrações previstas nos itens 11.1, 11.1.1 e 11.2.4, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- 11.6.2.** Para as infrações previstas nos itens 11.2.6, 11.3, 11.3.2 e 11.3.3, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 11.7.** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 11.8.** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 11.9.** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1, 11.1.1 e 11.2.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 11.10.** Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.2.6, 11.3, 11.3.2 e 11.3.3, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 11.11.** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.



**ESTADO DE RORAIMA**  
**UASG: 980036 - PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS**  
**SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO**



**12. DA IMPUGNAÇÃO E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO DO ATO CONVOCATÓRIO**

**12.1.** Qualquer pessoa é parte legítima para **impugnar** edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei **ou** para **solicitar esclarecimento** sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido **até 3 (três) dias úteis** antes da data de abertura do certame nos termos do art. 164 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**12.2.** A Impugnação deverá ser encaminhada exclusivamente através do Protocolo Geral da Prefeitura, decairá do direito de impugnar os termos do presente edital **a licitante** que não apontar as falhas ou irregularidades supostamente **existentes no edital até o 3º (terceiro) dia útil que anteceder a data de realização do Pregão na forma do art. 164 da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021**. Sendo intempestiva, a comunicação do suposto vício não suspenderá o curso do certame.

**12.3.** A impugnação feita tempestivamente pela proponente não a impedirá de participar do processo licitatório, ao menos até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, sendo corrigido o ato convocatório.

**12.4.** As medidas referidas no Item 12.1 e 12.2 deverão ser formalizadas por meio de requerimento endereçado à autoridade subscritora do EDITAL, devidamente **protocolado** no endereço constante no preâmbulo do Edital, nos termos do **art. 164 Lei 14.133/2021**.

**12.5.** Quem impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato do procedimento licitatório, incorrerá nos termos do artigo Art. 337-I Decreto-Lei Nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Incluído pela Lei nº 14.133, de 2021).

**13. DA GARANTIA DA CONTRATAÇÃO**

**13.1.** Nos termos do artigo 58 da Lei nº 14.133/2021, como requisito de credenciamento e "pré habilitação", os interessados deverão apresentar comprovante do recolhimento do valor de de 1% (um inteiro por cento) do valor estimado da contratação, à título de garantia de proposta, que poderá ser prestada em qualquer uma das modalidades permitidas pelo art. 96, §1º, da Lei nº 14.133/2021, cujo comprovante original deverá ser apresentado na sessão de abertura do certame junto com os documentos de credenciamento.

**13.2.** A não apresentação da garantia de proposta nas condições e prazos definidos neste edital implicará a desclassificação da proposta e poderá ensejar a aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, inclusive impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública.

**13.3.** Caberá ao licitante optar por uma das modalidades de garantia previstas no § 1º do art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

a) Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

b) Seguro garantia;

c) Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil;

d) Título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

**13.4.** Quando optar pela modalidade de caução em dinheiro, o depósito deverá ser efetuado em nome do favorecido **Prefeitura Municipal de Rorainópolis**, identificado com **CNPJ: 01.613.031/0001-80**, na conta: Banco: Caixa Econômica Federal (104) Agência: 4252 Conta Corrente: 11-7. É obrigatório que o depósito seja identificado, contendo as informações completas da empresa licitante, identificando com a razão social atualizada de acordo com a





**ESTADO DE RORAIMA**  
**UASG: 980036 - PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS**  
**SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO**



última alteração contratual, incluindo o CNPJ da mesma, para garantir a correta associação ao processo licitatório.

**13.5.** O depósito ou transferência deverá ser efetuado pela empresa interessada em participar do certame até a data de abertura.

**13.6.** A apresentação de comprovante com informações inconsistentes ou que impossibilitem a identificação do depósito ensejará a desclassificação da proposta.

**13.7.** A apólice de seguro garantia ou a carta de fiança bancária deverá:

- a) Estar acompanhada da Certidão de Regularidade da SUSEP (no caso do seguro garantia);
- b) Não conter cláusulas que dificultem ou impeçam a execução da garantia;
- c) Indicar expressamente a Prefeitura Municipal de Rorainópolis como beneficiária ou segurada. ESTADO DE RORAIMA PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS - RR SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÃO – SLC/PMR Endereço: Palácio Antônio Carlos Lacerda Gago, Avenida Francisco Luiz Reginatto, 261 , Bairro: Park Amazônia I, Rorainópolis-RR CEP: 69.373-000 E-mail: [cplrorainopolis@gmail.com](mailto:cplrorainopolis@gmail.com).

### **13.8. DA DEVOLUÇÃO DA GARANTIA DE PROPOSTA**

**13.8.1.** A garantia de proposta será devolvida aos licitantes que participaram regularmente do certame no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura do contrato ou da data da declaração de fracasso da licitação, mediante solicitação formal do interessado.

**13.8.1.1.** Na hipótese de revogação ou anulação do certame, o prazo do caput contará da publicação da decisão final no processo.

**13.8.2.** A solicitação deverá ser encaminhada à Secretaria Municipal de Finanças e Controle – SEMFIC, exclusivamente por e-mail para [semfic.rlis@gmail.com](mailto:semfic.rlis@gmail.com), contendo, obrigatoriamente:

- I – identificação do licitante: razão social e CNPJ;
- II – dados do certame: modalidade, número do edital, número do processo administrativo, item e data da sessão;
- III – comprovante do depósito da garantia (cópia anexada), com indicação do valor e da modalidade da garantia;
- IV – dados bancários para restituição (banco, agência, conta e titularidade em nome do mesmo CNPJ do licitante);
- V – pessoa de contato (nome, telefone e e-mail).

**13.8.3.** A restituição será realizada exclusivamente ao mesmo CNPJ que efetuou o depósito, por transferência bancária, sendo vedada a cessão a terceiros.

**13.9.** Implicará a execução integral do valor da garantia de proposta a recusa injustificada do licitante adjudicatário em assinar o contrato ou a não apresentação tempestiva da documentação exigida para a formalização da contratação.

**13.10.** O Município não se responsabilizará por depósitos ou transferências bancárias efetuadas em contas diversas ou garantias prestadas fora das modalidades e condições previstas neste edital.

### **DA GARANTIA DO CONTRATO:**

**13.11.** Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de 5% do valor contratual, conforme regras previstas no contrato.

**13.12.** O licitante poderá optar por prestar a garantia do contrato em qualquer das seguintes modalidades, conforme art. 96, § 1º, da Lei nº 14.133/2021:

- a) Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado autorizado pelo Banco Central do Brasil, avaliados por seus valores econômicos conforme definido pelo Ministério da Fazenda;
- b) Seguro garantia;



**ESTADO DE RORAIMA**  
**UASG: 980036 - PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS**  
**SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO**



c) Fiança bancária emitida por instituição financeira autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil;

d) Título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

**13.13.** Quando optar pela modalidade de **caução em dinheiro**, o depósito deverá ser efetuado em nome do **Prefeitura Municipal de Rorainópolis**, identificado com **CNPJ: 01.613.031/0001-80**, os dados bancários serão disponibilizados no ato do termo de conhecimento do contrato, para a eventual assinatura contratual.

**13.14.** A garantia nas modalidades caução e fiança bancária deverá ser prestada em até notificação da assinatura do contrato

**13.15.** No caso de seguro-garantia sua apresentação deverá ocorrer, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

#### **14. DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE**

**14.1.** Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado contrato.

**14.2.** O Contrato decorrente desta Licitação, bem como de suas alterações, ficará subordinado às normas da Lei Federal nº 14.133/2021. As obrigações decorrentes desta Licitação constarão de Contrato a ser firmado entre a proponente vencedora e o **MUNICÍPIO DE RORAINÓPOLIS**.

**14.3.** Homologada a licitação, a adjudicatária será notificada para assinar o contrato, o prazo de convocação, de 05 (cinco) dias úteis, poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

**14.4.** Na hipótese de a adjudicatária não assinar o contrato, poderá a administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, ou revogar a licitação.

**14.5.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**14.6.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

**14.7.** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

**14.8.** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

**14.9.** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

**14.10.** A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

**14.11.** A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do contrato.

**14.12.** A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.



**ESTADO DE RORAIMA**  
**UASG: 980036 - PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS**  
**SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO**



**14.13.** Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

**14.14.** É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

**14.15.** As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, dependerão de prévia aprovação do contratante.

**14.16.** A eficácia da cessão de crédito não abrangida pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

**14.17.** Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

**14.18.** O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração (Instrução Normativa nº 53, de 8 de julho de 2020 e Anexos).

**14.19.** A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

## **15. DO REAJUSTE**

**15.1.** As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Contrato, acompanhadas em anexo a este Edital.

## **16. DA ACEITAÇÃO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO**

**16.1.** Os critérios de aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência e no Termo de Contrato, anexos deste edital.

## **17. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

**17.1.** As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência e no Termo de Contrato, anexos deste edital.

## **18. DO PAGAMENTO**

**18.1.** As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência e no Termo de Contrato, anexos deste edital.

## **19. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

**19.1.** O objeto da licitação será adjudicado e homologado ao licitante declarado vencedor, por ato da autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.



**ESTADO DE RORAIMA**  
**UASG: 980036 - PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS**  
**SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO**



**20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**20.1.** Quaisquer **INFORMAÇÕES, ESCLARECIMENTOS OU DÚVIDAS** de ordem técnica, bem como aquelas decorrentes de interpretação do edital, deverão ser solicitadas por escrito nos termos do art. 12, inciso I da Lei Federal nº 14.133/2021:

a) Por e-mail: [cplrorainopolis@gmail.com](mailto:cplrorainopolis@gmail.com), ou,

b) Na sede administrativa do Município sito: Prefeitura Municipal de Rorainópolis, Setor de Licitações, sito Avenida Francisco Luiz Reginatto, nº 261, Bairro Park Amazônia I - CEP 69.373-000 ou pelo telefone Fone: (95) 3238-1807, **de segunda à sexta-feira**, no horário das 07:30 às 13:30 de segunda à sexta-feira, em **até 3 (três) dias úteis** antes da data de abertura do certame, nos termos do art. Art. 164, Lei 14.133/2021.

**20.2.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as interessadas, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

**20.3.** Uma vez iniciada a sessão, não serão admitidas à licitação participantes retardatárias, a não ser como ouvinte.

**20.4.** Só terá direito a usar a palavra, rubricar a documentação e as propostas, apresentar reclamações ou recursos e assinar atas, as licitantes ou seus representantes credenciados, o Pregoeiro e equipe de apoio.

**20.5.** Ocorrendo decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização de ato do certame na data marcada, a data constante deste edital será transferida, automaticamente, para o primeiro dia útil ou de expediente normal subsequente ao ora fixado, se outra data não for designada pelo Pregoeiro.

**20.6.** Para agilização dos trabalhos, **SOLICITA-SE QUE AS LICITANTES FAÇAM CONSTAR NA DOCUMENTAÇÃO O SEU ENDEREÇO, E-MAIL E OS NÚMEROS DE TELEFONE.**

**20.7.** A proponente que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência da Administração, dentro do limite permitido pelo artigo 125, da Lei nº. 14.133/21, sobre o valor inicial contratado.

**20.8.** Após a apresentação da proposta, **não caberá desistência**, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

**20.9.** É facultada o Pregoeiro ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

**20.10.** Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais, deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro, sob pena de Desclassificação/inabilitação;

**20.11.** As decisões referentes a este procedimento licitatório **e todos os demais procedimentos deste Edital** que visem assegurar o conhecimento dos atos pelos interessados, poderão ser comunicados às Licitantes por qualquer meio que comprove o recebimento, em especial o correio eletrônico (e-mail) enviado com pedido de confirmação de leitura, ou, ainda **mediante publicação no Site Oficial do Município.**

**20.12.** Havendo divergência nas informações do Termo de referencia e as informações do PNCP, prevalecerão as informações do Termo de Referência.

**20.13.** Os endereços dos sítios eletrônicos poderão ser atualizados, devendo o licitante ou interessado entrar no sítio principal da Prefeitura Municipal de Rorainópolis/RR;

**20.14.** As empresas e/ou representantes que adquirirem o instrumento convocatório e tiverem interesse em participar do certame, se obrigam a acompanhar as publicações e o andamento referente ao processo no Diário Oficial da União (DOU), Diário Oficial do Estado de Roraima (DOE) e no Jornal Folha de Boa Vista (<https://www.folhabv.com.br>), quando for o caso, com vista a possíveis alterações e avisos;





**ESTADO DE RORAIMA**  
**UASG: 980036 - PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS**  
**SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO**



**20.15. As Licitantes deverão acessar continuamente conforme item 20.14, para manterem-se atualizadas sobre eventuais modificações e/ou informações adicionais ao presente Edital de Licitação.**

**20.16.** A Administração poderá revogar ou anular a licitação a qualquer tempo, no todo ou em parte por razões de interesse público, em despacho fundamentado, sem a obrigação de indenizar (art. 71 da Lei Federal nº. 14.133/21).

**20.17.** A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública se constatada má fé, ação maliciosa e premeditada da CONTRATADA será proposta sem prejuízo ao CONTRATANTE, aplicações sucessivas das outras penalidades anteriormente descritas.

**20.18.** A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

**20.19.** - Os envelopes de habilitação permanecerão fechados, em poder do Pregoeiro, por 60 (sessenta) dias a contar da sessão de abertura. Após este prazo os Licitantes terão o prazo de 10 (dez) dias corridos para retirá-los no Setor de Licitações. Decorrido este prazo, os documentos que não forem retirados serão inutilizados.

**20.20.** A comissão de licitação reserva-se o direito de solicitar o original de qualquer documento apresentado em cópia, sempre que houver dúvida ou julgar necessário.

**20.21.** Após a homologação do processo licitatório, serão disponibilizados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos termos do art. 176 Lei 14.133/2021.

**20.22.** O valor registrado vigente poderá ser revisto, por solicitação formal do Signatário Detentor, somente para que seja mantido o equilíbrio econômico-financeiro.

**20.23.** O pedido deverá ser enviado ao Gestor da Ata, através do protocolo geral do Município no horário de expediente.

**20.24.** A solicitação de revisão de preço(s) deverá ser devidamente justificada e acompanhada de documentos comprobatórios da sua necessidade, originais ou cópias autenticadas, a qual será analisada pela Procuradoria Jurídica do Município nos termos do art. 53 da Lei Federal nº 14.133/2021. **20.27.** Para a solicitação de revisão de preço(s), o Signatário Detentor terá que apresentar planilha atualizada da composição de preços do(s) produto(s), considerando todos os itens constantes na proposta anterior apresentada, quando da apresentação da proposta.

**20.25.** A análise para deferimento total ou parcial ou ainda indeferimento da revisão solicitada deverá ser instruída com justificativa e memória dos respectivos cálculos, para deliberação pela Assessoria Jurídica e pelo Gestor da Ata, em aproximadamente 10 (dez) dias úteis, contados a partir da entrega da documentação completa pelo Signatário Detentor.

**20.26.** Os documentos serão produzidos por escrito, com data e local de sua realização e assinatura dos responsáveis nos termos do inciso I do art. 12 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**20.27.** É permitida a identificação e assinatura digital por pessoa física ou jurídica em meio eletrônico, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil) nos termos do § 2º do art. 12 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**20.28.** Pela elaboração da proposta, as licitantes não terão direito a auferir qualquer vantagem, remuneração ou indenização.

**20.29.** O presente Edital e seus Anexos, bem como a proposta do licitante vencedor, farão parte do contrato e/ou outro documento equivalente, independentemente de transcrição.

**20.30. A SESSÃO PÚBLICA SERÁ REGISTRADA EM ATA E GRAVADA EM ÁUDIO E VÍDEO, UTILIZANDO MEIOS ELETRÔNICOS DE GRAVAÇÃO NOS TERMOS DO ART. 17, § 2º E 5º DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021.**

**20.31.** Integram este instrumento convocatório os seguintes anexos:

**ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**

**ANEXO II - MODELO CARTA DE CREDENCIAMENTO**

**ANEXO III - MODELO DE PROCURAÇÃO**



**ESTADO DE RORAIMA**  
**UASG: 980036 - PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS**  
**SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO**



**ANEXO IV - DA CAPACIDADE ECONÔMICA E FINANCEIRA**

**ANEXO V - MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS À HABILITAÇÃO**

**ANEXO VI - MODELO REFERENCIAL DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO ART. 7º, XXXIII DA CF/88**

**ANEXO VII - MODELO DE DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE VÍNCULO**

**ANEXO VIII - DECLARAÇÃO DE QUE CUMPRE AS EXIGÊNCIAS DE RESERVA DE CARGO**

**ANEXO IX - MODELO REFERENCIAL DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MEI/ME/EPP**

**ANEXO X - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO**

**ANEXO XI - MODELO DECLARAÇÃO DE PROPOSTA ECONÔMICA**

**ANEXO XII - MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA**

**ANEXO XIII - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DO EDITAL**

**ANEXO XIV - MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE**

**ANEXO XV - INFORMAÇÕES PARA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO**

**ANEXO XVI - MINUTA DO CONTRATO**

**ANEXO XVII - COMPROVANTE DE RECIBO DO EDITAL**

**20.32.** Fica eleito o Foro da Comarca de Rorainópolis - RR para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do contrato dela decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

**Rorainópolis/RR, 28 de maio de 2026.**

---

FRANCISCA CLISSIANE RODRIGUES BARROS  
Assessora Técnica Especial



**ESTADO DE RORAIMA**  
**UASG: 980036 - PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS**  
**SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO**  
**ANEXO I**



**TERMO DE REFERÊNCIA**

**Órgão responsável:** Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

**1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

1.1. Contratação de empresa especializada para a **prestação de serviços funerários, com fornecimento de urnas mortuárias**, visando atender às demandas da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SEMDES do Município de Rorainópolis/RR, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Urnas mortuárias confeccionadas em madeiras pintadas com verniz, forradas inteiramente com TNT de cor Branca no tamanho 0,60m a 0,80m, com visor.	UND	10	R\$ 887,80	R\$ 8.878,00
2	Urnas mortuárias confeccionadas em madeiras pintadas com verniz, forradas inteiramente com TNT de cor Branca no tamanho 1,00m a 1,50m, com visor.	UND	10	R\$ 1.321,67	R\$ 13.216,70
3	Urnas mortuárias confeccionadas em madeiras pintadas com verniz, forradas internamente com TNT de cor branca no tamanho 1,51m a 2m com visor.	UND	50	R\$ 1.521,67	R\$ 76.083,50
VALOR TOTAL: NOVENTA E OITO MIL, CENTO E SETENTA E OITO REAIS E VINTE CENTAVOS					<b>R\$98.178,20</b>

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDA DE DE MEDIDA	QUANT D	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
4	Montagem de Velório carro especial funerário, placas de luto, cristo esplendor, castiçal de vela, carpete, mesa de condolência (manto evangélico).	SERVIÇO	70	R\$ 543,33	R\$ 38.033,10



**ESTADO DE RORAIMA**  
**UASG: 980036 - PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS**  
**SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO**



5	Serviços de ornamentação interna, contendo flores artificiais com 100 flores.	SERVIÇO	70	R\$ 452,50	R\$ 31.675,00
6	Translado de corpo por km rodado.	KM	30.000	R\$ 7,59	R\$ 227.700,00
7	Serviços de tanatopraxia 24h	UND	10	R\$ 2.093,33	R\$ 20.933,30
VALOR TOTAL: TREZENTOS E DEZOITO MIL, TREZENTOS E QUARENTA E UM REAIS E QUARENTA CENTAVOS.					<b>R\$ 318.341,40</b>

1.2. O objeto é classificado como serviço comum com fornecimento de bens, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021.

1.3. O objeto não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818/2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

1.5. Os serviços possuem natureza continuada, tendo em vista a necessidade permanente de atendimento social, conforme entendimento consolidado do Tribunal de Contas da União.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A presente contratação encontra fundamento no art. 203 da Constituição Federal de 1988, que estabelece a assistência social como direito do cidadão e dever do Estado, destinada à proteção social de famílias em situação de vulnerabilidade.

2.2. O objeto da contratação fornecimento de urnas mortuárias e prestação de serviços funerários está diretamente vinculado à concessão de benefícios eventuais, notadamente o auxílio funeral, nos termos da política pública de assistência social.

2.3. A presente contratação está devidamente prevista no **Plano Anual de Contratações de uso interno** da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMDES, instituído por meio da Portaria nº 08/2026, de 04 de fevereiro de 2026, elaborado como instrumento de planejamento administrativo setorial, em conformidade com o princípio do planejamento previsto no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, conforme detalhamento constante no Estudo Técnico Preliminar anexo ao presente processo.

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**





**ESTADO DE RORAIMA**  
**UASG: 980036 - PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS**  
**SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO**



3.1. A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para a prestação de serviços funerários, com fornecimento de urnas mortuárias, destinada ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMDES do Município de Rorainópolis/RR, no âmbito da concessão de benefícios eventuais.

3.2. A solução abrange, de forma integrada e sob demanda, o fornecimento de urnas mortuárias confeccionadas em madeira com acabamento em verniz, forradas com TNT na cor branca, em diferentes dimensões (0,60m a 0,80m; 1,00m a 1,50m; e 1,51m a 2,00m), todas dotadas de visor, bem como a execução dos serviços funerários correlatos, compreendendo:

- montagem de velório, incluindo disponibilização de carro funerário, ornamentos, castiçais, carpete e mesa de condolências;
- serviços de ornamentação com flores artificiais;
- serviços de traslado de corpo por quilômetro rodado;
- serviços de Tanatopraxia 24h (incluso a técnica de somatoconservação).

3.3. A execução do objeto dar-se-á sob regime de fornecimento e prestação de serviços por demanda, considerando a natureza contínua, essencial e imprevisível das ocorrências relacionadas ao atendimento das famílias em situação de vulnerabilidade social.

3.4. A descrição detalhada da solução, incluindo especificações técnicas, quantitativos estimados e justificativas de escolha, encontra-se devidamente pormenorizada no Estudo Técnico Preliminar, parte integrante deste Termo de Referência, em conformidade com o art. 18 da Lei nº 14.133/2021.

3.5. A organização do objeto em lotes observa os princípios da eficiência, economicidade e competitividade, mostrando-se tecnicamente adequada e vantajosa, conforme entendimento consolidado do Tribunal de Contas da União, especialmente no que se refere à contratação de soluções integradas.

#### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

##### **Sustentabilidade**



**ESTADO DE RORAIMA**  
**UASG: 980036 - PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS**  
**SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO**



4.1.1. A contratação deverá observar, no que couber, critérios de sustentabilidade, em conformidade com as diretrizes aplicáveis às contratações públicas sustentáveis, especialmente quanto:

- a) à destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados na execução dos serviços funerários, inclusive materiais utilizados na preparação, acondicionamento e transporte;
- b) à adoção de materiais e insumos que reduzam impactos ambientais, sempre que tecnicamente viável;
- c) ao cumprimento integral da legislação ambiental vigente e das normas expedidas pelos órgãos competentes.

#### **4.2. Indicação de marcas ou modelos**

4.2.1. Não será admitida a indicação de marcas ou modelos específicos de urnas mortuárias, insumos ou quaisquer itens relacionados ao objeto, salvo quando tecnicamente justificada no Estudo Técnico Preliminar, nos termos do art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

#### **4.3. Vedação de Materiais e Serviços Inadequados**

4.3.1. Não será admitido o fornecimento de urnas mortuárias, materiais ou a prestação de serviços em desconformidade com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência.

4.3.2. É vedada a utilização de produtos ou procedimentos que comprometam a dignidade, o respeito e a adequada prestação do serviço público funerário, devendo ser observados padrões mínimos de qualidade, segurança e apresentação.

#### **4.4. Carta de solidariedade**

4.4.1. Não será exigida carta de solidariedade do fabricante, considerando a natureza comum do objeto, salvo mediante justificativa técnica expressa no Estudo Técnico Preliminar.

#### **4.5. Subcontratação**

4.5.1. É vedada a subcontratação do objeto principal da contratação, especialmente no que se refere às atividades essenciais, tais como atendimento, preparo e conservação do corpo, fornecimento de urnas, traslado e montagem de velório.



**ESTADO DE RORAIMA**  
**UASG: 980036 - PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS**  
**SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO**



4.5.2. Admite-se, excepcionalmente, a subcontratação de atividades acessórias ou complementares, desde que:

- não comprometam a execução do objeto principal;
- não impliquem transferência da responsabilidade contratual;
- sejam previamente autorizadas pela Administração.

4.5.3. A contratada permanecerá integralmente responsável pela execução do objeto, inclusive quanto às atividades eventualmente subcontratadas.

#### **4.6. Garantia da Contratação**

##### **4.6.1. Garantia da Proposta**

Será exigida garantia de proposta correspondente a 1% (um por cento) do valor estimado da contratação, nos termos do art. 58 da Lei nº 14.133/2021, como condição de participação no certame, com o objetivo de assegurar a seriedade da proposta apresentada.

##### **4.6.2. Garantia do Contrato**

Será exigida garantia contratual correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, conforme previsto no art. 96 da Lei nº 14.133/2021, podendo ser prestada nas modalidades legalmente admitidas.

##### **4.6.3. Justificativa da Exigência**

A exigência das garantias justifica-se em razão:

- da natureza essencial do serviço funerário, com impacto direto na dignidade da pessoa humana;
- do risco de descontinuidade da prestação, especialmente em atendimentos emergenciais;
- da necessidade de assegurar a execução adequada e contínua do contrato;
- da mitigação de riscos de inadimplemento e falhas operacionais;

#### **4.7. Transição contratual**

4.7.1. Ao término da vigência contratual, a contratada deverá assegurar a continuidade da prestação dos serviços funerários, promovendo a adequada transição de informações, rotinas e procedimentos, sem prejuízo à Administração e aos usuários do serviço.

#### **4.8. Vistoria**



**ESTADO DE RORAIMA**  
**UASG: 980036 - PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS**  
**SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO**



4.8.1. A realização de vistoria prévia não será obrigatória, considerando que os serviços serão executados de forma externa e sob demanda, não exigindo conhecimento prévio de instalações específicas da Administração.

4.8.2. A não realização de vistoria não poderá ser invocada como justificativa para o descumprimento de obrigações contratuais, nem para pleitos de reequilíbrio econômico-financeiro.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **5.1. Condições Gerais de Execução**

5.1.1. O objeto da contratação compreende a prestação de serviços funerários, com fornecimento de urnas mortuárias, realização de traslado, preparação do corpo e apoio à realização de velório, destinados ao atendimento de indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social e econômica no Município de Rorainópolis/RR, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

5.1.2. A execução ocorrerá de forma parcelada e sob demanda, conforme necessidade da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, não gerando à Administração a obrigação de contratação da totalidade dos quantitativos estimados.

5.1.3. Os itens que compõem o objeto estão organizados em lotes, contemplando o fornecimento de urnas mortuárias (Lote I) e a prestação de serviços funerários (Lote II), conforme especificações, quantitativos estimados e valores constantes neste Termo de Referência.

### **5.2. Especificação e Quantitativos do Objeto**

5.2.1. O objeto será composto pelos seguintes itens:

#### **LOTE I – FORNECIMENTO DE URNAS MORTUÁRIAS**

- Urnas mortuárias em madeira com acabamento em verniz, forradas com TNT branco, com visor, nos seguintes tamanhos:
  - 0,60m a 0,80m (quantidade estimada: 10 unidades);
  - 1,00m a 1,50m (quantidade estimada: 10 unidades);
  - 1,51m a 2,00m (quantidade estimada: 50 unidades).

#### **LOTE II – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FUNERÁRIOS**





**ESTADO DE RORAIMA**  
**UASG: 980036 - PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS**  
**SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO**



- Montagem de velório, incluindo estrutura completa e itens de apoio;
- Serviços de ornamentação interna com flores artificiais;
- Serviço de traslado por quilômetro rodado;
- Serviços de tanatopraxia (incluindo somatoconservação).

Os quantitativos estimados foram definidos com base em levantamento técnico devidamente justificado no Estudo Técnico Preliminar, elaborado com critérios objetivos e fundamentado em múltiplas fontes de informação, incluindo o histórico de concessões do benefício eventual de auxílio-funeral, a evolução da demanda socioassistencial do Município, bem como dados complementares de mortalidade e vulnerabilidade social.

Para fins de dimensionamento da demanda, foram utilizados: registros do exercício anterior referentes aos atendimentos realizados pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social; dados oficiais de mortalidade do Município dos últimos 03 (três) anos, fornecidos pelo SVS/SEMSA; e informações do Cadastro Único, evidenciando aumento significativo do número de famílias em situação de vulnerabilidade social no Município a partir do ano de 2020.

Consideraram-se ainda fatores climáticos e geográficos característicos da região, os quais impactam diretamente as condições logísticas de deslocamento e execução dos serviços, especialmente em situações de emergência. Tais condições reforçam a necessidade de atendimento contínuo, imediato e ininterrupto, compatível com a natureza imprevisível do objeto.

Os quantitativos possuem caráter meramente estimativo, podendo variar conforme a demanda efetivamente verificada durante a execução contratual, sem que isso implique direito à indenização à contratada, observada a legislação vigente.

A estimativa de quilometragem considerou a média histórica de deslocamentos dos últimos exercícios, acrescida de margem de segurança em razão das condições geográficas e logísticas do Município.

## **6. MODELO DE GESTÃO DE CONTRATO**

**6.1.** O contrato será executado sob regime de demanda, em razão da natureza imprevisível dos serviços funerários, sendo acionado conforme necessidade da Administração, não havendo garantia de consumo mínimo, nos termos da Lei nº 14.133/2021.



**ESTADO DE RORAIMA**  
**UASG: 980036 - PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS**  
**SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO**



**6.2.** A execução dos serviços somente ocorrerá mediante prévia solicitação formal da Administração, por meio de ordem de serviço, requisição da Secretaria competente ou instrumento equivalente, devidamente identificado.

**6.3.** Cada atendimento deverá estar vinculado a registro administrativo específico contendo:

- identificação do beneficiário;
- justificativa do atendimento (situação de vulnerabilidade social);
- autorização da autoridade competente;
- descrição detalhada dos serviços funerários prestados.

**6.4.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, em conformidade com as cláusulas pactuadas e com a legislação aplicável, respondendo cada qual pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**6.5.** O pagamento será realizado exclusivamente pelos serviços efetivamente executados, vedado pagamento por estimativa, disponibilidade ou franquia mínima, conforme art. 92 da Lei nº 14.133/2021.

**6.6.** Nas hipóteses de impedimento, paralisação ou suspensão dos serviços, o cronograma será prorrogado mediante apostilamento, com a devida motivação administrativa.

**6.7.** As comunicações entre as partes ocorrerão por meios formais, inclusive eletrônicos, desde que assegurada a rastreabilidade dos atos.

**6.8.** A contratada deverá manter preposto com poderes para atuação imediata, inclusive em regime de plantão, considerando o caráter essencial e emergencial do serviço.

**6.9. Planejamento e Alinhamento Inicial**

Após a assinatura do contrato, será realizada reunião inicial para apresentação do Plano de Fiscalização, contemplando:

- fluxos de acionamento sob demanda;
- prazos máximos de atendimento;
- padrões de qualidade das urnas e serviços;
- critérios de medição e pagamento;



**ESTADO DE RORAIMA**  
**UASG: 980036 - PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS**  
**SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO**



- hipóteses de glosas e sanções.

#### **6.10. Fiscalização do Contrato**

A execução contratual será acompanhada por fiscais designados, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, observando-se a segregação de funções — ponto reiteradamente exigido pelo TCU.

#### **6.11. Fiscal Técnico**

Compete ao fiscal técnico:

- acompanhar cada atendimento realizado;
- verificar a compatibilidade entre o serviço solicitado e o executado;
- controlar prazos de atendimento;
- registrar todas as ocorrências no histórico do contrato;
- notificar a contratada para correção de irregularidades;
- comunicar situações que comprometam a execução.

#### **6.12. Fiscal Administrativo**

Compete ao fiscal administrativo:

- verificar a manutenção das condições de habilitação;
- acompanhar empenho, liquidação e pagamento;
- controlar glosas;
- validar a documentação de cada atendimento.

#### **6.13. Gestor do Contrato**

Compete ao gestor:

- consolidar os registros da execução;
- acompanhar riscos à continuidade do serviço;
- emitir atesto com base em indicadores objetivos;
- instaurar processo sancionador quando necessário.

#### **6.14. Controle das Ordens de Serviço**



**ESTADO DE RORAIMA**  
**UASG: 980036 - PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS**  
**SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO**



Deverá ser mantido controle rigoroso das solicitações, contendo:

- numeração sequencial;
- data e hora do acionamento;
- prazo de atendimento;
- identificação do responsável pela autorização.

#### **6.15. Condição para Pagamento**

A liquidação da despesa ficará condicionada à comprovação de:

- solicitação formal da Administração;
- efetiva execução do serviço;
- conformidade com o contrato.

**Parágrafo único:** Na ausência desses elementos, o pagamento será indeferido, sem prejuízo de responsabilização.

#### **6.16. Continuidade do Serviço**

O fiscal deverá comunicar previamente o término do contrato, visando evitar descontinuidade, em observância ao art. 37 da Constituição Federal de 1988.

#### **6.17. Relatório Final**

Ao término da contratação, será elaborado relatório conclusivo com avaliação da execução, economicidade e pontos de melhoria.

#### **6.18. Rotinas de Fiscalização**

- conferência individual de cada atendimento;
- verificação do tipo de urna fornecida;
- controle do tempo de resposta;
- validação documental (óbito, autorização, atendimento);
- aplicação de glosas quando necessário.

### **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO DE PAGAMENTO**





**ESTADO DE RORAIMA**  
**UASG: 980036 - PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS**  
**SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO**



**7.0. Natureza Essencial do Serviço e Risco de Descontinuidade**

Os serviços funerários possuem natureza essencial e impacto social direto, especialmente no atendimento a pessoas em situação de vulnerabilidade.

A descontinuidade do serviço pode:

- comprometer a dignidade humana;
- gerar risco sanitário;
- causar grave impacto social e institucional;

Dessa forma, a execução contratual deverá observar continuidade, regularidade e tempestividade, sob pena de aplicação das medidas contratuais cabíveis.

**7.1. Medição por Atendimento**

A medição da execução contratual será realizada por atendimento efetivamente executado, considerando cada ocorrência de óbito atendida como unidade autônoma de medição, mediante Instrumento de Medição de Resultado (IMR) ou controle equivalente.

**7.1.1.** Cada medição deverá estar vinculada a documentação mínima obrigatória:

- ordem de serviço/autorização da Administração;
- identificação do beneficiário;
- declaração de óbito;
- descrição detalhada dos serviços executados (urna, translado, preparação, velório, etc.);
- comprovação da execução (relatório, recibo ou outro meio idôneo)

**7.1.2. Atendimento em Situação de Urgência Social**

Nos casos de óbito de pessoas em situação de vulnerabilidade social, sem retaguarda familiar ou institucional, o atendimento deverá ser realizado imediatamente, independentemente de formalização prévia completa, devendo a documentação ser regularizada posteriormente.

A recusa ou demora injustificada caracterizará falha grave, sujeita às penalidades contratuais.

**7.2. Critérios de Avaliação da Execução**



**ESTADO DE RORAIMA**  
**UASG: 980036 - PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS**  
**SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO**



A aferição da execução considerará, no mínimo:

**7.2.1.** Tempo de resposta ao chamado (especialmente em caráter emergencial);

**7.2.2.** Conformidade da urna mortuária fornecida com o padrão contratado;

**7.2.3.** Execução correta do translado (distância, condições e adequação);

**7.2.4.** Qualidade do atendimento prestado;

**7.2.5.** Regularidade documental do atendimento.

**7.2.6.** Padrão Mínimo de Qualidade do Atendimento

Fica estabelecido como padrão mínimo obrigatório:

- atendimento inicial dentro do prazo contratual (2h urbano / 4h rural);
- disponibilização imediata de equipe e meios necessários;
- urna mortuária em conformidade com especificações técnicas (material, acabamento, vedação);
- translado realizado em veículo funerário, adaptado para o transporte de corpos, higienizado, em perfeito estado de conservação;
- tratamento digno, respeitoso e adequado à família;

O descumprimento desses padrões caracterizará **inexecução parcial**, passível de glosa e sanção.

**7.3. Glosas e Redimensionamento de Pagamento**

Será aplicada **retenção ou glosa proporcional**, sem prejuízo de sanções, quando a contratada:

- não executar o serviço autorizado;
- executar parcialmente o serviço;
- fornecer urna em desacordo com o especificado;
- descumprir prazos de atendimento;
- não comprovar documentalmente a execução.



**ESTADO DE RORAIMA**  
**UASG: 980036 - PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS**  
**SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO**



### **7.3.1. Penalidades Administrativas**

Sem prejuízo das glosas previstas, a contratada estará sujeita às sanções administrativas, conforme o art. 156 da Lei nº 14.133/2021:

- **Advertência**, nos casos de inexecução parcial de menor gravidade;
- **Multa**, a ser aplicada nos seguintes parâmetros mínimos:
  - até 10% sobre o valor do atendimento em caso de atraso injustificado;
  - até 20% sobre o valor do item em caso de execução em desacordo;
  - **Impedimento de licitar e contratar**, pelo prazo de até 3 anos, nos casos de reincidência ou falhas graves;
  - **Declaração de inidoneidade**, nos casos de fraude, simulação de execução ou danos ao erário;

A aplicação das sanções observará o devido processo legal administrativo.

### **7.4. Vedação de Pagamento Indevido**

O pagamento será realizado exclusivamente pelos serviços efetivamente executados, sendo vedado:

- pagamento por estimativa;
- pagamento por disponibilidade;
- pagamento sem ordem de serviço;
- pagamento sem comprovação documental.

### **7.5. DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS**

#### **7.5.1. Recebimento Provisório**

Cada atendimento será recebido provisoriamente no momento da execução, mediante verificação pelo fiscal técnico e administrativo quanto:

- à conformidade do serviço executado;
- à adequação da urna e demais itens;
- ao cumprimento da solicitação.

#### **7.5.2. Recebimento Definitivo**



**ESTADO DE RORAIMA**  
**UASG: 980036 - PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS**  
**SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO**



O recebimento definitivo ocorrerá após:

- conferência da documentação completa;
- validação da execução pelo gestor;
- análise de conformidade com o contrato.

### **7.5.3. Rejeição do Serviço**

Os serviços poderão ser rejeitados quando:

- executados em desacordo com o solicitado;
- sem comprovação documental;
- com falhas na prestação.

### **7.6. Liquidação da despesa**

A liquidação somente ocorrerá mediante comprovação de:

- execução do serviço funerário;
- autorização formal da Administração;
- conformidade com o contrato;
- documentação completa do atendimento.

#### **7.6.1. Prazo**

O prazo para liquidação será de até 10 dias úteis, conforme a Instrução Normativa nº 77/2022.

#### **7.6.2. Verificações Obrigatórias**

O setor competente deverá verificar:

- dados do contrato;
- identificação do atendimento;
- valores conforme tabela contratual;
- retenções tributárias;
- regularidade fiscal da contratada (SICAF ou equivalente).

#### **7.6.3. Irregularidades**





**ESTADO DE RORAIMA**  
**UASG: 980036 - PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS**  
**SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO**



Havendo inconsistências:

- a liquidação será suspensa;
- o prazo será interrompido;
- o contratado será notificado para regularização.

## **7.7. PAGAMENTO**

### **7.7.1. Prazo**

O pagamento será realizado em até 10 dias úteis após a liquidação.

### **7.7.2. Forma**

O pagamento será efetuado por ordem bancária, conforme dados da contratada.

### **7.7.3. Retenções**

Serão aplicadas as retenções tributárias conforme legislação vigente.

## **7.8. VEDAÇÃO À ANTECIPAÇÃO DE PAGAMENTO**

Não será permitida antecipação de pagamento, considerando que:

- o serviço é executado sob demanda;
- há necessidade de comprovação do evento (óbito);
- o risco de pagamento sem execução é elevado.

## **7.9. CONTROLE DE EXECUÇÃO**

Deverá ser mantido controle detalhado contendo:

- número da ordem de serviço;
- data e hora do acionamento;
- data da execução;
- tipo de serviço prestado;
- valor individual;
- identificação do fiscal responsável.



#### 7.9.1. Mecanismos de Controle e Prevenção a Fraudes

Para mitigação de riscos de pagamento indevido:

- vedação expressa de duplicidade de atendimento para o mesmo óbito;
- obrigatoriedade de conferência cruzada entre:
  - declaração de óbito;
  - ordem de serviço;
  - registro administrativo;
  - controle sequencial das ordens de serviço;
  - validação pelo fiscal e gestor antes da liquidação;

A constatação de irregularidades poderá ensejar glosa integral, abertura de processo sancionador e comunicação aos órgãos de controle.

#### 7.10. Caracterização do Objeto

O objeto caracteriza-se como serviço comum com fornecimento de bens, nos termos da Lei nº 14.133/2021, uma vez que:

- os serviços funerários possuem padrões usuais de mercado;
- as urnas mortuárias e insumos possuem especificações objetivamente definidas;
- é possível estabelecer critérios claros de desempenho, qualidade e medição;

### 8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

#### 8.1. Forma de seleção e critério de julgamento

O fornecedor será selecionado mediante procedimento licitatório na modalidade **PREGÃO**, na **forma PRESENCIAL**, com critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR LOTE**, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

##### 8.1.1. Justificativa para a forma presencial



**ESTADO DE RORAIMA**  
**UASG: 980036 - PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS**  
**SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO**



A adoção da forma presencial justifica-se em razão das peculiaridades do objeto, que envolve a prestação de serviços funerários sob demanda, de natureza emergencial, contínua e imprevisível, exigindo:

- maior proximidade entre Administração e fornecedores com atuação local imediata;
- garantia de participação de empresas efetivamente estruturadas no município ou região, aptas ao pronto atendimento;
- viabilidade operacional para execução dos serviços em regime de urgência, inclusive em horários não comerciais;
- necessidade de aferição mais direta da capacidade logística, operacional e estrutural dos licitantes, especialmente quanto à disponibilidade de veículos, equipe e insumos;

Adicionalmente, considera-se:

- as dificuldades logísticas regionais, especialmente em áreas com limitações de acesso terrestre e distâncias significativas entre comunidades, o que impacta diretamente o tempo de resposta e a continuidade do serviço;
- a necessidade de resposta imediata, característica intrínseca ao serviço funerário, cuja demora pode comprometer a dignidade da pessoa humana e a efetividade das políticas públicas de assistência social;
- o risco concreto de inexecução contratual por empresas sediadas fora da região, que, embora eventualmente apresentem proposta mais vantajosa em ambiente eletrônico, não disponham de estrutura local suficiente para garantir atendimento tempestivo, em desacordo com o interesse público;
- possíveis limitações de acesso ou operacionalização de meios eletrônicos por fornecedores locais, o que pode restringir a competitividade real do certame;
- a necessidade de ampliar a competitividade sob a ótica material, privilegiando a participação de fornecedores aptos à execução imediata do objeto;
- o alinhamento com o princípio da eficiência previsto na Constituição Federal de 1988, especialmente quanto à prestação adequada e contínua dos serviços públicos essenciais;



**ESTADO DE RORAIMA**  
**UASG: 980036 - PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS**  
**SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO**



Destaca-se que, embora a forma eletrônica seja a regra nos termos da Lei nº 14.133/2021,

a adoção excepcional da forma presencial encontra respaldo quando devidamente motivada, sobretudo em situações em que a **realidade local, a urgência do objeto e a necessidade de pronta resposta operacional** justificam a mitigação da forma eletrônica, conforme entendimento consolidado do Tribunal de Contas da União, que admite flexibilização desde que demonstrado o ganho de eficiência e a proteção ao interesse público.

Ressalta-se que a adoção da forma presencial configura medida excepcional, devidamente motivada, nos termos do art. 17, §2º da Lei nº 14.133/2021, estando demonstrado que a forma eletrônica, no caso concreto, não atende de maneira eficiente ao interesse público.

### **8.1.2. Justificativa para o critério de julgamento por lote**

A adoção do critério de julgamento pelo **menor preço por lote** justifica-se pela necessidade de:

- garantir a **integração dos serviços funerários**, incluindo fornecimento de urnas, traslado e demais atividades correlatas;
- evitar a fragmentação do objeto, que poderia comprometer a eficiência e a continuidade do atendimento;
- assegurar a responsabilidade integral de um único contratado por cada atendimento;
- reduzir riscos operacionais e logísticos, especialmente em situações emergenciais.

Os itens foram agrupados em lotes específicos em razão da natureza integrada dos serviços funerários e do fornecimento de urnas mortuárias, diferenciando-se por suas características operacionais (fornecimento de bens e prestação de serviços), em conformidade com as práticas de mercado, visando assegurar maior eficiência na execução contratual, padronização dos atendimentos.

## **8.2. Requisitos de Habilitação**

8.2.1. Para assegurar a efetividade da contratação destinada à **prestação de serviços funerários, incluindo fornecimento de urnas mortuárias e traslado de corpos**, torna-se indispensável que a empresa licitante comprove capacidade jurídica, técnica, fiscal e econômico-financeira compatível com a natureza do objeto, bem como o cumprimento das normas sanitárias e regulatórias aplicáveis.

Tais exigências observam os arts. 62, 66, 67, 68 e 69 da **Lei nº 14.133/2021**, bem como a jurisprudência do Tribunal de Contas da União, que veda exigências genéricas ou desconectadas do objeto contratual.



**ESTADO DE RORAIMA**  
**UASG: 980036 - PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS**  
**SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO**



**8.3. Habilitação Jurídica**

A licitante deverá apresentar documentação que comprove sua constituição legal e aptidão para atuar no ramo pertinente ao objeto da contratação, exigindo-se, obrigatoriamente, que o objeto social seja compatível com serviços funerários, incluindo, no mínimo:

- prestação de serviços funerários;
- fornecimento de urnas mortuárias;
- realização de traslado de corpos.

Serão aceitos, conforme o caso:

- a) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis;
- b) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal (SLU) ou EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social atualizado, devidamente registrado, acompanhado de documentos de seus administradores;
- c) Microempreendedor Individual (MEI): Certificado da Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI);
- d) Filial, sucursal ou agência: inscrição do ato constitutivo com averbação no registro competente;
- e) Sociedade simples: inscrição no Registro Civil de Pessoas Jurídicas;
- f) Empresa estrangeira: decreto de autorização para funcionamento no país;
- g) Sociedade cooperativa: ata de fundação, estatuto social e registro conforme art. 107 da Lei nº 5.764/1971.

**8.4. Exigência Específica Vinculada ao Objeto**

**8.4.1. Licença Sanitária e Regularidade da Atividade**

- A licitante deverá comprovar autorização para o exercício da atividade de serviços funerários, mediante apresentação de Licença Sanitária vigente, expedida pela Vigilância Sanitária competente, compatível com o objeto da contratação.





**ESTADO DE RORAIMA**  
**UASG: 980036 - PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS**  
**SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO**



- A referida licença deverá contemplar, de forma expressa, as atividades relacionadas à preparação, acondicionamento e transporte de corpos, bem como a execução de procedimentos de somatoconservação (tanatopraxia), admitindo-se sua indicação como atividade principal ou secundária, conforme classificação CNAE ou descrição equivalente constante no documento.
- Não será admitida licença sanitária que não contenha, de forma expressa, a autorização para a realização de procedimentos de somatoconservação, considerando tratar-se de atividade essencial à adequada execução do objeto contratual.
- Comprovação de que os veículos destinados ao traslado de corpos possuem, em seu Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV), a classificação/categoria de uso funerário, devendo constar expressamente a designação “funeral” ou equivalente.

#### **8.5. Fundamentação Técnica**

Conforme leciona Ronny Charles, as exigências de habilitação devem observar o princípio da **pertinência e proporcionalidade**, sendo vedadas cláusulas que:

- restrinjam indevidamente a competitividade; ou
- deixem de exigir requisitos essenciais à adequada execução do contrato.

No mesmo sentido, a jurisprudência do TCU estabelece que:

- exigências insuficientes geram risco à execução contratual;
- exigências excessivas restringem a competitividade;
- o equilíbrio entre ambos é obrigatório (princípio da seleção da proposta mais vantajosa – art. 11 da Lei nº 14.133/2021).

#### **8.6. Qualificação Econômico-Financeira**

8.6.1. A licitante deverá comprovar sua boa situação econômico-financeira, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- a) Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, nos termos do art. 69, inciso II, da Lei nº 14.133/2021;
- b) No caso de pessoa física ou sociedade simples, certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio;
- c) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos **2 (dois) últimos exercícios sociais**, já exigíveis e apresentados na forma da lei;



**ESTADO DE RORAIMA**  
**UASG: 980036 - PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS**  
**SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO**



d) Comprovação de índices financeiros mínimos, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

- $\text{Liquidez Geral (LG)} = (\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante});$
- $\text{Solvência Geral (SG)} = (\text{Ativo Total}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante});$
- $\text{Liquidez Corrente (LC)} = (\text{Ativo Circulante}) / (\text{Passivo Circulante}).$

e) Os índices LG, SG e LC deverão ser **superiores a 1 (um)**;

f) Caso a licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices, será exigida a comprovação de **patrimônio líquido mínimo de até 10% do valor estimado da contratação**, conforme art. 69, §4º da Lei nº 14.133/2021;

g) As empresas constituídas no exercício financeiro poderão apresentar balanço de abertura, nos termos do art. 65, §1º da Lei nº 14.133/2021;

h) Empresas com menos de 2 (dois) anos de existência apresentarão o balanço do último exercício;

i) Os demonstrativos contábeis deverão estar devidamente assinados por profissional habilitado, com registro no conselho competente.

#### 8.7. Qualificação Técnica

8.7.1. A licitante deverá comprovar aptidão para a execução de serviços compatíveis com o objeto da contratação, qual seja, **prestação de serviços funerários com fornecimento de urnas mortuárias e translado de corpos**, mediante:

a) Apresentação de **atestado(s) de capacidade técnica**, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem a execução de:

- serviços funerários;
- fornecimento de urnas mortuárias;
- translado de corpos.

b) Para fins de comprovação, os atestados deverão demonstrar:

- execução de serviços sob demanda;
- atendimento em caráter emergencial;
- compatibilidade com a complexidade operacional do objeto.



**ESTADO DE RORAIMA**  
**UASG: 980036 - PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS**  
**SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO**



c) Será admitido o somatório de atestados para fins de comprovação de quantitativo mínimo;

d) Os atestados poderão ser apresentados em nome da matriz ou filial;

e) A Administração poderá realizar diligências para verificar a veracidade das informações, inclusive solicitando contratos, notas fiscais e ordens de serviço;

f) As exigências estão fundamentadas no art. 67 da Lei nº 14.133/2021 e no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal de 1988, visando garantir a adequada execução contratual sem restringir a competitividade.

### **8.7.2. Exigências Técnicas Operacionais Específicas**

A licitante deverá comprovar que possui condições técnicas, operacionais e sanitárias para a execução dos serviços funerários, especialmente no que se refere ao atendimento emergencial e à realização de procedimentos de somatoconservação, quando demandados pela Administração.

#### **a) Somatoconservação**

Os serviços de tanatopraxia, incluindo os procedimentos de somatoconservação, inseridos no escopo técnico da Tanatopraxia, terão caráter eventual, sendo executados exclusivamente quando houver necessidade técnica devidamente justificada pela Administração, observadas as normas sanitárias vigentes.

Nessas hipóteses, a licitante deverá comprovar aptidão para a execução do serviço, mediante:

- apresentação de licença sanitária compatível com a atividade; ou
- declaração formal de disponibilidade de estrutura técnica devidamente regularizada, própria ou vinculada de forma contínua, apta à execução do serviço.

A execução deverá observar integralmente as normas sanitárias vigentes, inclusive aquelas expedidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária e pela Vigilância Sanitária local competente.

A responsabilidade pela execução adequada do serviço será integralmente da contratada, nos termos do art. 122 da Lei nº 14.133/2021.

#### **b) Capacidade de atendimento emergencial:**

A licitante deverá comprovar capacidade operacional para atendimento imediato no Município de Rorainópolis/RR, garantindo o início da prestação dos serviços nos seguintes prazos máximos:



**ESTADO DE RORAIMA**  
**UASG: 980036 - PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS**  
**SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO**



- até **2 (duas) horas**, para atendimentos na zona urbana;
- até **4 (quatro) horas**, para atendimentos na zona rural.

Os prazos **máximos** estabelecidos para início da prestação dos serviços, sendo de até 2 (duas) horas para a zona urbana e 4 (quatro) horas para a zona rural, foram definidos com base em critérios técnicos e operacionais, considerando:

- a) a natureza essencial, contínua e emergencial dos serviços funerários;
  - b) a necessidade de pronta resposta para preservação das condições sanitárias e de saúde pública;
  - c) a extensão territorial do Município de Rorainópolis/RR e as condições logísticas de deslocamento;
  - d) a localização das comunidades rurais e o tempo médio necessário para mobilização de equipe e veículo;
  - e) a necessidade de assegurar a dignidade da pessoa humana, conforme previsto na Constituição Federal de 1988.
- Os prazos fixados mostram-se razoáveis, proporcionais e compatíveis com a realidade local, não configurando restrição indevida à competitividade, estando em consonância com o art. 67 da Lei nº 14.133/2021 e com a jurisprudência do Tribunal de Contas da União, que admite a fixação de requisitos operacionais quando devidamente justificados.

Para fins de comprovação, será admitido:

- declaração de disponibilidade de base operacional no município ou região;
- comprovação de estrutura logística compatível com o atendimento imediato;
- indicação de endereço de apoio operacional, ainda que não se trate de sede formal.

**c) Justificativa técnica da exigência:**

As exigências estabelecidas fundamentam-se na natureza **essencial, contínua e emergencial** dos serviços funerários, os quais demandam resposta célere e estrutura adequada, sob pena de comprometimento:

- da dignidade da pessoa humana, princípio consagrado na Constituição Federal de 1988;
- das condições de saúde pública e controle sanitário;
- da efetividade da política pública de assistência social, especialmente no atendimento a famílias em situação de vulnerabilidade.

A modelagem adotada observa o art. 67 da Lei nº 14.133/2021, sendo compatível com o entendimento do Tribunal de Contas da União, no sentido de que exigências técnicas são



**ESTADO DE RORAIMA**  
**UASG: 980036 - PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS**  
**SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO**



legítimas quando proporcionais, justificadas e diretamente relacionadas à execução do objeto, sem restringir indevidamente a competitividade.

Adota-se, ainda, orientação doutrinária de Ronny Charles Lopes de Torres e Filipe Boselli, no sentido de que requisitos operacionais devem garantir a execução eficiente sem impor barreiras desnecessárias ao certame.

#### **8.7.1. Estrutura mínima obrigatória**

A licitante deverá comprovar que dispõe de:

- instalações adequadas para execução dos serviços funerários;
- equipamentos compatíveis com o preparo, conservação e acondicionamento de corpos;
- equipe técnica capacitada para atendimento emergencial e humanizado.

#### **8.8. Veículos para traslado**

**A licitante deverá comprovar que possui ou terá à disposição, para execução do objeto:**

- veículo(s) funerário(s) adequado(s) ao traslado de corpos, devidamente adaptado(s) para essa finalidade;
- veículo(s) em adequado estado de conservação, funcionamento e higiene;
- compartimento específico para acondicionamento da urna mortuária, com segurança e estabilidade durante o transporte;
- conformidade com as normas da vigilância sanitária e de saúde pública;
- classificação/categoria compatível com uso funerário, devendo constar no Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV) a designação “funeral” ou equivalente.

#### **8.9. Disponibilidade operacional**

A licitante deverá comprovar capacidade de:

- atendimento **24 horas por dia**, inclusive finais de semana e feriados;
- resposta imediata às solicitações da Administração;





**ESTADO DE RORAIMA**  
**UASG: 980036 - PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS**  
**SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO**



- execução sob regime de plantão, em razão da natureza imprevisível do serviço.

## **8.10. Indicadores de Desempenho (IMR)**

### **8.10.1. Indicadores mínimos obrigatórios**

A execução contratual será avaliada com base nos seguintes indicadores:

#### **I – Tempo de Atendimento**

- Início do atendimento em até no máximo **2 (duas) horas** após a solicitação para demandas na **zona urbana**;
- Início do atendimento em até no máximo **4 (quatro) horas** após a solicitação para demandas na **zona rural**;
- O não cumprimento dos prazos estabelecidos ensejará a aplicação de glosa proporcional, sem prejuízo da incidência de sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à inexecução parcial do contrato, conforme entendimento consolidado do Tribunal de Contas da União em matéria de fiscalização contratual.

#### **II – Conformidade do Serviço**

- Compatibilidade entre urna fornecida e serviço contratado;
- Divergência: glosa integral do item.

#### **III – Regularidade Documental**

Cada atendimento deverá conter:

- ordem de serviço;
- identificação do beneficiário;
- autorização administrativa.

#### **IV – Qualidade do Atendimento**

- Avaliação da urna, transporte e atendimento à família;
- Não conformidade: glosa parcial.



**ESTADO DE RORAIMA**  
**UASG: 980036 - PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS**  
**SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO**



**8.11. Aplicação de Glosas**

- glosa proporcional por falhas leves;
- glosa total por inexecução;
- aplicação de sanções administrativas, conforme art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

**9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

**9.1.** O custo estimado total da contratação para a prestação de serviços funerários, com fornecimento de urnas mortuárias e execução de translado de corpos, destinados ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SEMDES do Município de Rorainópolis/RR, é de:

**R\$ 416.519,60 (quatrocentos e dezesseis mil, quinhentos e dezenove reais e sessenta centavos)**, distribuído da seguinte forma, conforme estruturação por lote:

- **LOTE I – Fornecimento de urnas mortuárias:** R\$ 98.178,20 (noventa e oito mil, cento e setenta e oito reais e vinte centavos);
- **LOTE II – Serviços funerários, incluindo montagem de velório, ornamentação, translado e tanatopraxia:** R\$ 318.341,40 (trezentos e dezoito mil, trezentos e quarenta e um reais e quarenta centavos).

**9.1.1.** A adoção da divisão por lotes observa os princípios da eficiência e da economicidade, previstos nos arts. 5º e 11 da Lei nº 14.133/2021, bem como a necessidade de integração operacional dos serviços funerários, conforme entendimento consolidado do Tribunal de Contas da União quanto à viabilidade técnica e econômica da adjudicação por lote, desde que devidamente justificada.

**9.2. CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO**

**9.2.1.** O objeto da contratação é classificado como **serviço comum com fornecimento de bens associados**, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no Termo de Referência.

**9.3. METODOLOGIA DA ESTIMATIVA DE PREÇOS**



**ESTADO DE RORAIMA**  
**UASG: 980036 - PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS**  
**SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO**



**9.3.1.** A estimativa de preços foi elaborada pelo Departamento de Compras do Município, responsável pela condução da fase preparatória da contratação, em conformidade com o art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

**9.3.2.** A formação do valor estimado baseou-se em parâmetros de contratações similares, com ênfase em referências praticadas na Região Norte, de modo a refletir a realidade logística, operacional e econômica do objeto, especialmente quanto aos serviços funerários e ao traslado de corpos.

**9.3.3.** Para os itens em que não foram identificadas referências suficientes no âmbito regional, procedeu-se à ampliação da base de pesquisa, mediante consulta a preços disponíveis em plataformas especializadas de banco de preços, bem como em sítios eletrônicos idôneos, garantindo maior robustez e fidedignidade à estimativa.

**9.3.4.** A consolidação dos valores foi formalizada por meio de mapa de preços e memória de cálculo, conforme Relatório de Cotação constante dos autos, assegurando rastreabilidade das fontes utilizadas, critérios de tratamento dos dados e transparência na definição do valor estimado.

**9.3.5.** A metodologia adotada observa o entendimento consolidado do Tribunal de Contas da União no sentido de que a estimativa de preços deve ser fundamentada em múltiplas fontes, compatíveis com o objeto e a realidade de mercado, evitando distorções e assegurando a seleção da proposta mais vantajosa, em consonância com os arts. 5º, 11 e 23 da Lei nº 14.133/2021.

## **9.4. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO POR LOTE**

**9.4.1.** A adoção do critério de julgamento por **menor preço por lote** justifica-se pela necessidade de:

- garantir a padronização dos serviços funerários;
- assegurar a integração entre fornecimento de urnas e execução dos serviços;
- evitar riscos operacionais decorrentes da fragmentação da contratação;
- promover maior eficiência logística e administrativa.

Tal entendimento está alinhado com a jurisprudência do TCU, que admite a adjudicação por lote quando houver vantagem técnica e econômica devidamente justificada.

## **9.5. GESTÃO DE RISCOS**

**9.5.1.** A estimativa de custo considerou os riscos inerentes à contratação, especialmente:



**ESTADO DE RORAIMA**  
**UASG: 980036 - PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS**  
**SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO**



- variação na demanda (óbito);
- urgência na execução dos serviços;
- deslocamentos para traslado.

**9.5.2.** Os riscos foram devidamente alocados entre contratante e contratado, conforme matriz de riscos constante do instrumento contratual, nos termos do art. 22 da Lei nº 14.133/2021.

## **9.6. CONFORMIDADE COM ENTENDIMENTO TÉCNICO E JURISPRUDENCIAL**

A modelagem adotada observa:

- art. 23 da Lei nº 14.133/2021 (formação de preços);
- art. 11 (vantajosidade);
- art. 5º (eficiência e planejamento);
- entendimento do TCU quanto à necessidade de justificativa da metodologia e da escolha por lote.

## **10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTARIA**

**10.1.** As despesas decorrentes da presente contratação, destinada à prestação de serviços funerários, com fornecimento de urnas mortuárias e execução de traslado de corpos, para atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SEMDES do Município de Rorainópolis/RR, correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento municipal vigente.

**10.2.** A contratação será atendida pela seguinte dotação orçamentária:

- I) **Órgão:** Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SEMDES;
- II) **Fonte de Recursos:** 400
- III) **Programa de Trabalho:** 08.244.2108.2019.0000;
- IV) **Elemento de Despesa:** 3.3.90.32.00;

**10.2.1.** A despesa está vinculada à função manutenção e ampliação dos serviços de assistência social, sendo classificada como benefício eventual, nos termos da política pública de assistência social, o que justifica o enquadramento no elemento de despesa **3.3.90.32.00 (Material, bem ou Serviço para Distribuição Gratuita)**.



**ESTADO DE RORAIMA**  
**UASG: 980036 - PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS**  
**SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO**



**10.3.** A compatibilidade da despesa com o planejamento orçamentário observa o disposto nos arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000, bem como os princípios do planejamento, eficiência e responsabilidade na gestão fiscal previstos na Lei nº 14.133/2021.

**10.4.** A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes, quando aplicável, será indicada após aprovação da respectiva Lei Orçamentária Anual e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento, nos termos da legislação vigente.

Elaborado por:

---

**SUZIELLY GOMES SANTOS**  
DIRETOR DE DEPARTAMENTO

Autorizado por:

---

**DANIELLY DALTRO SOUSA**  
Secretária Municipal de Desenvolvimento Social  
Decreto-P Nº 081/2025





**ESTADO DE RORAIMA**  
**UASG: 980036 - PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS**  
**SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO**



**ANEXO II - MODELO CARTA DE CREDENCIAMENTO**

**AO**

**MUNICÍPIO DE RORAINÓPOLIS/RR**

**AO SR. PREGOEIRO E SUA EQUIPE DE APOIO**

**PREGÃO PRESENCIAL N°. \_\_\_\_/2026**

**EDITAL N° \_\_\_\_/2026 PNCP**

A licitante....., inscrita no CNPJ pelo nº ....., com sede na Av./Rua....., através do presente credencia o(a) Sr.(a)....., inscrito (a) na Cédula de Identidade nº ..... e no CPF nº ....., a participar do procedimento licitatório instaurado pela Prefeitura Municipal de Rorainópolis/RR, na modalidade Pregão Presencial N° \_\_\_\_/2026, na qualidade de REPRESENTANTE, outorgando-lhe plenos poderes para pronunciar-se em nome desta empresa, bem como formular proposta, ofertar lances verbais, negociar preços, declarar a intenção de recursos e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

Local / UF, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante legal da empresa Nome completo (Firma reconhecida)

**Obs.: Este documento deverá ser preenchido em papel timbrado da empresa proponente e assinada pelo(s) seu(s) representante(s) legal(is) devidamente habilitado(s), com firma reconhecida.**



**ESTADO DE RORAIMA**  
**UASG: 980036 - PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS**  
**SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO**



**ANEXO III - MODELO DE PROCURAÇÃO**

**AO**  
**MUNICÍPIO DE RORAINÓPOLIS/RR**  
**AO SR. PREGOEIRO E SUA EQUIPE DE APOIO**  
**PREGÃO PRESENCIAL N°. \_\_\_\_/2026**  
**EDITAL N° \_\_\_\_/2026 PNCP**

Por meio deste instrumento particular, a Empresa .....(qualificação da empresa), por intermédio do Sr.....(qualificação), nomeia e constitui seu bastante procurador, o Sr.....(nome completo do outorgado, naturalidade, estado civil, profissão, carteira de identidade, CPF, endereço), outorgando lhe plenos poderes para praticar todos os atos relativos à licitação na modalidade Pregão Presencial nº \_\_\_\_/2026, notadamente, para formular ofertas escritas e verbais, negociar preços, assinar documentos de habilitação, atas e instrumento de compromisso, interpor recursos e renunciar ao direito de propô-los, enfim todos e quaisquer atos indispensáveis ao bom e fiel cumprimento do presente mandato.

Local / UF, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante legal da empresa proponente  
Nome completo (Firma reconhecida)

**\* Esta procuração ficará retida no processo.**

**Obs.: Este documento deverá ser preenchido em papel timbrado da empresa proponente e assinada pelo(s) seu(s) representante(s) legal(is) com firma reconhecida do outorgante.**



**ESTADO DE RORAIMA**  
**UASG: 980036 - PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS**  
**SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO**  
**ANEXO IV - DA CAPACIDADE ECONÔMICA E FINANCEIRA**



(Este modelo deverá ser transcrito na forma e na íntegra, em papel impresso da empresa)

A capacidade econômica e financeira das empresas licitantes será avaliada mediante exame dos seguintes indicadores, computados a partir das informações contábeis contidas no subitem 8.31.8 e demais subitens do Edital, conforme fórmula abaixo:

**Índice de Liquidez Corrente ILC**

Ativo Circulante = AC

Passivo Circulante = PC ILC =  $AC / PC$

**Índice de Liquidez Geral ILG**

Circulante = AC

Passivo Circulante = PC Realizável a Longo

Prazo = RLP Exigível a Longo Prazo = ELP ILG

=  $(AC + RLP) / (PC + ELP)$

**Solvência Geral SG**

Ativo Total = AT Passivo Circulante =

PC Exigível a Longo Prazo = ELP SG =  $(AT) / (PC + ELP)$

**NOTA EXPLICATIVA DO CONTADOR DE QUE A LICITANTE ATENDE AO SUBITEM 8.31 E SEUS SUBITENS DO EDITAL DO PREGAO PRESENCIAL nº \_\_\_\_/2026.**

O conjunto Completo das Demonstrações Contábil na qual as empresas são obrigadas a cumprir (Na forma da Lei) inclui especificadamente às Notas Explicativas, ou seja, sua apresentação é obrigatória no Balanço Patrimonial e no Processo Licitatório. Portanto qualquer omissão aos Subitens do item 3.17 da [Resolução 1.255/2009](#), é passível de Inabilitação no certame licitatório.

Cidade/UF, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

Assinatura Manuscrita Identificável do Profissional  
CRC/Nº XXXX



**ESTADO DE RORAIMA**  
**UASG: 980036 - PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS**  
**SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO**  
**ANEXO V - MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS**  
**IMPEDITIVOS À HABILITAÇÃO**



**AO**  
**MUNICÍPIO DE RORAINÓPOLIS/RR**  
**AO SR. PREGOEIRO E SUA EQUIPE DE APOIO**  
**PREGÃO PRESENCIAL N°. \_\_\_\_/2026**  
**EDITAL N° \_\_\_\_/2026 PNCP**

A empresa ..... estabelecida..... inscrita no CNPJ sob o n°....., declara, sob as penas da Lei, que:

- a) até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, bem como, está ciente da obrigatoriedade de declarar, em havendo, ocorrências posteriores que o inabilite para participar de certames licitatórios;
- b) esta empresa se submete inteiramente a todas as condições estabelecidas neste Edital;
- c) esta empresa não se encontra declarada inidônea para licitar ou contratar com órgãos da Administração Pública, Federal, Estadual, Municipal e do Distrito Federal;
- d) esta empresa assume inteiramente a responsabilidade pela veracidade dos documentos e das informações apresentadas.

Por ser expressão de verdade, firmamos o presente.

Local / UF \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
Assinatura e Nome do representante legal da empresa.

**OBS.: A SLC verificará a situação das empresas no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, por meio de acesso ao Portal da Transparência, sob pena de inabilitação da mesma no processo licitatório.**



**ESTADO DE RORAIMA**  
**UASG: 980036 - PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS**  
**SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO**  
**ANEXO VI - MODELO REFERENCIAL DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO**  
**DO ART. 7º, XXXIII DA CF/88**



**AO**  
**MUNICÍPIO DE RORAINÓPOLIS/RR**  
**AO SR. PREGOEIRO E SUA EQUIPE DE APOIO**  
**PREGÃO PRESENCIAL N.º \_\_\_\_/2026**  
**EDITAL N.º \_\_\_\_/2026 PNCP**

A empresa ..... estabelecida..... inscrita no CNPJ sob o n.º....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr. (a) ..... inscrito (a) no RG sob o n.º ..... e no CPF n.º....., DECLARA, para os fins do disposto no inciso XXXIII do Artigo 7º da Constituição Federal de 1988 e do Decreto n.º 4.358, de 05 de setembro de 2002, c/c o Art. 68, inciso VI, da Lei Federal n.º 14.133/21, acrescida pela Lei n.º 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezois anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( )

Observação: Em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente.

Local / UF , \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
Assinatura e nome do representante legal da empresa

**Obs.: Este documento deverá ser preenchido em papel timbrado da empresa proponente e assinada pelo(s) seu(s) representante(s) legal(is) e/ou procurador(es) devidamente habilitado(s)**





**ESTADO DE RORAIMA**  
**UASG: 980036 - PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS**  
**SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO**  
**ANEXO VII - MODELO DE DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE VÍNCULO**



**AO**  
**MUNICÍPIO DE RORAINÓPOLIS/RR**  
**AO SR. PREGOEIRO E SUA EQUIPE DE APOIO**  
**PREGÃO PRESENCIAL N°. \_\_\_\_/2026**  
**EDITAL N° \_\_\_\_/2026 PNCP**

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ (M.F.) sob o nº \_\_\_\_\_, sediada à Rua/Avenida \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_\_, Setor/Bairro \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_ Estado de \_\_\_\_\_, neste ato representado pelo seu sócio/procurador o Senhor \_\_\_\_\_, nacionalidade, estado civil, residente e domiciliado na \_\_\_\_\_, portador da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA, sob as penas da Lei, que seus sócios, empregado(s) que seja (m) cônjuge, companheiro ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento não possuem em qualquer vínculo nos termos do art. 14 da Lei 14.133/2021 com A PREFEITURA MUNICIPAL DE \_\_\_\_\_.

Local / UF, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
[Identificação e assinatura do responsável pela Pessoa Jurídica]  
[Carimbo do CNPJ]

**Obs.: Esta declaração deverá ser preenchida em papel timbrado da empresa proponente e assinada pelo(s) seu(s) representante(s) legal(is) devidamente habilitado(s).**



**ESTADO DE RORAIMA**  
**UASG: 980036 - PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS**  
**SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO**  
**ANEXO VIII - DECLARAÇÃO DE QUE CUMPRE AS EXIGÊNCIAS DE RESERVA**  
**DE CARGO**



(Este modelo deverá ser transcrito na forma e na íntegra, em papel impresso da empresa)

**AO**

**MUNICÍPIO DE RORAINÓPOLIS/RR**

**AO SR. PREGOEIRO E SUA EQUIPE DE APOIO**

**PREGÃO PRESENCIAL N°. \_\_\_\_/2026**

**EDITAL N° \_\_\_\_/2026 PNCP**

Na qualidade de representante legal da empresa \_\_\_\_ (razão social)\_\_\_\_ inscrita no CNPJ (MF) sob o n.º \_\_\_\_\_, com sede localizada na \_\_\_\_\_, declaro, sob as penas da lei o devido cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Cidade/UF, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
Assinatura Manuscrita Identificável do Representante Legal de empresa (n.º da carteira de identidade com indicação do órgão expedidor)



**ESTADO DE RORAIMA**  
**UASG: 980036 - PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS**  
**SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO**



**ANEXO IX - MODELO REFERENCIAL DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO  
COMO MEI/ME/EPP**

**(ENTREGA FORA DOS ENVELOPES NA ABERTURA DA SESSÃO)**

**AO**

**MUNICÍPIO DE RORAINÓPOLIS/RR**

**EDITAL N° \_\_\_\_/2026 PNCP**

**AO SR. PREGOEIRO E SUA EQUIPE DE APOIO**

**PREGÃO PRESENCIAL N°. \_\_\_\_/2026**

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o n° \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a.) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade n° \_\_\_\_\_, do CPF n° \_\_\_\_\_, DECLARA, para fins do disposto no edital supracitado, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

( ) MICROEMPRESA, conforme inciso I do art. 3.º da Lei Complementar n° 123, de 14/12/2006.

( ) EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme inciso II do art. 3.º da Lei Complementar n° 123, de 14/12/2006.

( ) MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme art. 1º do Decreto n° 8.538/2015.

DECLARA também que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, art. 4º Lei 14,133/2021.

Afirma ainda que quer participar da referida licitação com tratamento diferenciado, conforme previsto na Lei Complementar 123/2006 e que a empresa está excluída das vedações constantes do § 4º do art. 3.º da Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006.

Local / UF, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
[Identificação e assinatura do responsável pela Pessoa Jurídica] [Carimbo do CNPJ]

**Obs.: 1) Este documento deverá ser preenchido em papel timbrado da empresa proponente e assinada pelo(s) seu(s) representante(s) legal(is) devidamente habilitado(s).**

**2) Esta declaração deverá ser apresentada APENAS por Microempresas (ME) e/ou Empresas de Pequeno Porte (EPP).**



**ESTADO DE RORAIMA**  
**UASG: 980036 - PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS**  
**SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO**  
**ANEXO X - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO**



**AO**  
**MUNICÍPIO DE RORAINÓPOLIS/RR**  
**O SR. PREGOEIRO E SUA EQUIPE DE APOIO**  
**PREGÃO PRESENCIAL N°. \_\_\_\_/2026**  
**EDITAL N° \_\_\_\_/2026 PNCP**

**Prezados Senhores,**

Pelo presente a empresa.....(nome da empresa) ....., inscrita no CNPJ/MF sob o n. ° ....., sediada.....(endereço completo) ....., telefone....., e-mail ....., tendo examinado o Edital, vem apresentar a presente proposta referente a licitação supra nas especificações e quantitativos abaixo:

**NOME DA LICITANTE:**  
**CNPJ:**  
**ENDEREÇO:**  
**TELEFONE:**  
**NOME PARA CONTATO:**  
**DADOS BANCÁRIOS:**

ITEM	UNIDADE	QUANTIDADE	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Obs.: <b>TRANSCREVER TODOS OS ITENS DE ACORDO COM A PLANILHA CONSTANTE DO TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I DO EDITAL.</b>						

**VALOR TOTAL DA PROPOSTA: R\$.....(por extenso)**

**OBS: O PREÇO UNITARIO DE CADA ITEM DEVERA SER EM ALGARISMOS E TOTAL DE CADA ITEM EM ALGARISMO E EXPRESSO EM REAIS, BEM COMO VALOR GLOBAL DO LOTE.**

\*De forma alguma haverá arredondamento de valor, para mais ou para menos.

**VALIDADE DA PROPOSTA:** (conforme Edital)  
**CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:** (conforme Edital)  
**PRAZO DE ENTREGA:** (Conforme disposto no edital e Termo de Referência)

Os valores acima apresentados, por ITEM, nesta proposta são fixos e irrevogáveis, já inclusos todos os custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, fretes, treinamentos, lucros, dividendos e demais despesas necessárias ao cumprimento integral do objeto da licitação **Pregão Presencial n° \_\_\_\_/2026**

*DECLARAMOS ter pleno conhecimento do teor do Edital ref. Ao Pregão Presencial \_\_\_\_/2026, que a empresa se responsabiliza principalmente pela disponibilidade dos produtos licitados e*



**ESTADO DE RORAIMA**  
**UASG: 980036 - PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS**  
**SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO**



*pela a entrega nos prazos, condições e validade da proposta, estando a mesma ofertada em perfeita adequação com o Edital e que se responsabiliza em substituir de imediato, os produtos entregues em desacordo sem quaisquer ônus para a Administração Municipal.*

Local / UF, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante legal da empresa  
Nome completo e CPF

**Obs.: Esta proposta deverá ser preenchida em papel timbrado da empresa proponente e assinada pelo(s) seu(s) representante(s) legal(is) devidamente habilitado(s).**





**ESTADO DE RORAIMA**  
**UASG: 980036 - PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS**  
**SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO**  
**ANEXO XI - MODELO DECLARAÇÃO DE PROPOSTA ECONÔMICA**



**AO MUNICÍPIO DE RORAINÓPOLIS**

**EDITAL N° \_\_\_\_/2026 PNCP**

**PROCESSO LICITATÓRIO n° \_\_\_\_/2026.**

**PREGÃO PRESENCIAL n° \_\_\_\_/2026.**

**OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços funerários, com fornecimento de urnas mortuárias, visando atender às demandas da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SEMDES do Município de Rorainópolis/RR.**

**ABERTURA DIA:    /    /2026. HORÁRIO:    : min.**

A Empresa ....., inscrita no CNPJ sob o n° ....., com sede na ....., por intermédio do seu representante legal o(a) Sr(a) ....., portador(a) do Documento de Identidade n° ....., órgão emissor ..... e do CPF n° .....,

DECLARA para fins de participação no Pregão Presencial N° \_\_\_\_/2026, que a proposta comercial compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme disposto no § 1º art. 63 da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante legal da empresa Nome completo e CPF

**Obs.: Esta proposta deverá ser preenchida em papel timbrado da empresa proponente e assinada pelo(s) seu(s) representante(s) legal(is) devidamente habilitado.**



**ESTADO DE RORAIMA**  
**UASG: 980036 - PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS**  
**SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO**



**ANEXO XII - MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE  
DE PROPOSTA**

**AO MUNICÍPIO DE RORAINÓPOLIS**

**EDITAL N° \_\_\_\_/2026 PNCP**

**PROCESSO LICITATÓRIO n° \_\_\_\_/2026**

**PREGÃO PRESENCIAL n° \_\_\_\_/2026.**

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços funerários, com fornecimento de urnas mortuárias, visando atender às demandas da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SEMDES do Município de Rorainópolis/RR.

**ABERTURA DIA: / /2026. HORÁRIO: : min.**

\_\_\_\_ (nome da empresa), inscrita no CNPJ n°. \_\_\_\_\_, doravante denominada (Licitante), por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador (a) da Carteira de Identidade n°. \_\_\_\_\_ e de CPF n°. \_\_\_\_\_, para fins do disposto no Edital PREGÃO PRESENCIAL n°. \_\_\_\_\_, DECLARA, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que: a proposta apresentada foi elaborada de maneira independente (pelo Licitante), e que o conteúdo da proposta anexa não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do certame em referência, por qualquer meio ou por qualquer pessoa; a intenção de apresentar a proposta elaborada não foi informada, ou discutida com ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato do certame em referência, por qualquer meio ou por qualquer pessoa; que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do certame em referência, quanto a participar ou não da referida licitação; que o conteúdo da proposta anexa não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado a ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato do certame em referência, antes da adjudicação do objeto da referida licitação; que o conteúdo da proposta anexa não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer integrante do SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÃO- SLC, antes da abertura oficial das propostas; e que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la

Cidade/UF, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
Assinatura Manuscrita Identificável do Representante Legal de empresa (n.º da carteira de identidade com indicação do órgão expedidor)

**OBSERVACAO IMPORTANTE:**

**Encartar esta Declaração Junto ao Envelope n.º 01 – “PROPOSTA DE PREÇOS”.**



**ESTADO DE RORAIMA**  
**UASG: 980036 - PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS**  
**SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO**



**ANEXO XIII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS  
REQUISITOS DO EDITAL  
(ENTREGA FORA DOS ENVELOPES NA ABERTURA DA SESSÃO)**

**AO MUNICÍPIO DE RORAINÓPOLIS**

**EDITAL N° \_\_\_\_/2026 PNCP**

**PROCESSO LICITATÓRIO n° \_\_\_\_/2026.**

**PREGÃO PRESENCIAL n° \_\_\_\_/2026.**

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços funerários, com fornecimento de urnas mortuárias, visando atender às demandas da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SEMDES do Município de Rorainópolis/RR.

**ABERTURA DIA: / /2026. HORÁRIO: : min.**

Prezado Pregoeiro:

A empresa ..... estabelecida..... Inscrita no CNPJ sob o n°....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr. (a) ....., inscrito (a) no RG sob o n.º ..... e no CPF n.º....., DECLARA sob as penas da Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações, conhecer e aceitar todas as condições constantes do Edital do Pregão Presencial n° \_\_\_\_/2025, bem como de seus anexos, e que atende plenamente a todos os requisitos necessários à participação e habilitação no mesmo, ou seja, que não tem restrições quanto às certidões e demais documentos exigidos pelo Edital.

Local / UF, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
Assinatura e Nome do representante legal da empresa proponente



**ESTADO DE RORAIMA**  
**UASG: 980036 - PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS**  
**SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO**



**ANEXO XIV - MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE**  
**MODELO (PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)**

A Empresa [XXXXXXXXXXXXXXXX], inscrita no CNPJ sob o nº [XX.XXX.XXX/XXXX-XX], com sede na [XX], por intermédio do seu representante legal o(a) Sr(a) [XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX], portador(a) do Documento de Identidade nº [XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX], órgão emissor [XXXXXXX] e do CPF nº [XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX], DECLARA para fins de participação no Pregão Presencial Nº \_\_\_\_/202\_\_\_\_, não ter recebido do Município de \_\_\_\_\_, ou de qualquer outra entidade da Administração direta ou indireta em âmbito Federal, Estadual e Municipal, **SUSPENSÃO TEMPORÁRIA** de participação em licitação e ou impedimento de contratar com a Administração Pública, assim como não ter recebido **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE** para licitar ou contratar com a Administração Federal, Estadual e Municipal.

Local / UF, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
[Identificação e assinatura do responsável pela Pessoa Jurídica]  
[Carimbo do CNPJ]

**Obs.: Esta declaração deverá ser preenchida em papel timbrado da empresa proponente e assinada pelo(s) seu(s) representante(s) legal(is) devidamente habilitado(s).**



**ESTADO DE RORAIMA**  
**UASG: 980036 - PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS**  
**SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO**  
**ANEXO XV - INFORMAÇÕES PARA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO**



**TERMO DE CONVOCAÇÃO**

A Prefeitura Municipal de RORAINÓPOLIS, através deste instrumento, convoca o fornecedor abaixo relacionado para que compareça à sede da prefeitura de Rorainópolis no prazo de 08 (oito) dias úteis para assinatura do **Termo de Contrato nº \_\_\_\_/2026**, oriundo do **Pregão Presencial Nº \_\_\_\_/2026**, cujo objeto é a **Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços funerários, com fornecimento de urnas mortuárias, visando atender às demandas da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SEMDES do Município de Rorainópolis/RR.**

<b>DADOS PARA LOCALIZAÇÃO DO FORNECEDOR REGISTRADO:</b>
RAZÃO SOCIAL:
CNPJ:
ENDEREÇO DE CONTATO:
TELEFONE DE CONTATO:

O Presente Termo deverá ser entregue protocolado pessoalmente ou em qualquer forma que haja o comprovante de entrega ao licitante, para que se inicie a contagem do prazo estipulado no presente termo.

Transcorrido o prazo estipulado e não havendo manifestação expressa do licitante, a mesma ficará sujeita as sanções previstas no edital no referido edital.

Sendo o que tínhamos para o momento, subscrevemo-nos com apreço.

Rorainópolis – RR, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS**

\_\_\_\_\_  
**AUTORIDADE COMPETENTE**





**ESTADO DE RORAIMA**  
**UASG: 980036 - PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS**  
**SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO**  
**ANEXO XVI- MINUTA DO CONTRATO**  
**(Processo Administrativo nº .....)**



**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº**  
...../....., QUE FAZEM ENTRE SI O  
MUNICÍPIO DE **RORAINÓPOLIS/RR**, POR  
INTERMÉDIO DO (A)  
..... E A  
EMPRESA  
.....

O Município de Rorainópolis, com sede no(a) ....., na cidade de Rorainópolis/RR., inscrito no CNPJ sob o nº ....., neste ato representado(a) pelo(a) ..... (cargo e nome), nomeado(a) pela Decreto nº ....., doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) ....., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por ..... (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº ..... e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Presencial n. .../..., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)**

1. O objeto do presente instrumento é a contratação de bens comum, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

**1.1. Objeto da contratação: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços funerários, com fornecimento de urnas mortuárias, visando atender às demandas da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SEMDES do Município de Rorainópolis/RR.**

**1.1.1. ITENS GANHOS**

ITENS	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.2.1. O Termo de Referência;
- 1.2.2. O Edital da Licitação;
- 1.2.3. A Proposta do contratado;
- 1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

**CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**



**ESTADO DE RORAIMA**  
**UASG: 980036 - PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS**  
**SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO**



**2.1.** O prazo de vigência da contratação é de ..... contados do(a) ....., na forma do artigo 111 da Lei nº 14.133, de 2021.

**2.2.** A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

**CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**  
**(art. 92, IV, VII e XVIII)**

**3.1.** O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

**CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

**4.1.** Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

**CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)**

**5.1.** O valor total da contratação é de de R\$ xxxxx (xxxxxxx).

**5.2.** No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

**5.3.** O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

**CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)**

**6.1.** O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

**6.2.** Deverá constar o número do Empenho da Nota Fiscal a ser emitida.

**CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)**

**7.1.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

**7.2.** Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**7.3.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.



**ESTADO DE RORAIMA**  
**UASG: 980036 - PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS**  
**SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO**



- 7.4.** No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratado pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.5.** Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.6.** Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.7.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.8.** O reajuste será realizado por apostilamento.

**CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE ([art. 92, X, XI e XIV](#))**

São obrigações do Contratante:

Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;



**ESTADO DE RORAIMA**  
**UASG: 980036 - PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS**  
**SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO**



Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

A Administração terá o prazo de **XXXXXXX**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de **XXXXXXX**.

Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)**

O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado



**ESTADO DE RORAIMA**  
**UASG: 980036 - PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS**  
**SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO**



a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#).





**ESTADO DE RORAIMA**  
**UASG: 980036 - PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS**  
**SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO**



Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

**CLÁUSULA DÉCIMA- – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)**

**10.1.** 10.1. A contratação conta com garantia de execução do contrato, nos moldes do [art. 96, combinado com art. 101, ambos da Lei nº 14.133, de 2021](#) em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total/anual do contrato, acrescido do valor dos bens abaixo arrolados, dos quais o contratado será depositário:

10.1.1 LOTE I ..... Valor total ( xxxxxxxxx)

LOTE II ..... Valor total ( xxxxxxxxx)

10.2. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato E/OU por XXXXXX dias após o término da vigência contratual, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

10.3. A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

10.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item 10.6 deste contrato.

10.5. Caso utilizada outra modalidade de garantia, somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

10.6. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

10.7. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

10.7.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

10.7.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

10.7.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

10.8. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 10.7, observada a legislação que rege a matéria.

10.9. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

10.10. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

10.11. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do [artigo 827 do Código Civil](#).



**ESTADO DE RORAIMA**  
**UASG: 980036 - PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS**  
**SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO**



10.12. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

10.13. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de ..... (.....) dias úteis, contados da data em que for notificada.

10.14. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

10.14.1. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais ([art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

10.14.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do [art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022](#).

10.15. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;

10.16. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

10.17. O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste Contrato.

10.18. Além da garantia de que tratam os [arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21](#), a presente contratação possui previsão de garantia contratual do bem a ser fornecido, incluindo manutenção e assistência técnica, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência.

10.18.1. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto prevista especificamente no Termo de Referência.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**  
**(art. 92, XIV)**

**11.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

I) dar causa à inexecução parcial do contrato;

II) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III) dar causa à inexecução total do contrato;

IV) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;



**ESTADO DE RORAIMA**  
**UASG: 980036 - PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS**  
**SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO**



- VIII) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**11.2.** Serão aplicáveis nas hipóteses de infrações administrativas previstas no Artigo 16.3. Da Lei nº 14.133/21, as seguintes sanções:

- a) Advertência por escrito em caso de atraso injustificado na execução do contrato;
- a.1. Advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no subitem 16.1. inciso I deste instrumento, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) Multa;
- b.1. Multa, calculada na forma do edital ou do contrato, não sendo inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado e será aplicada aos responsáveis por qualquer das infrações administrativas previstas no subitem 11.1 incisos de "I" a "XII", sendo possível a cumulação;
- b.2. Impedimento de Licitar e contratar;
- b.2.1. Impedimento de Licitar e contratar, será aplicada aos responsáveis pelas infrações administrativas previstas nos subitens do subitem 11.1 incisos "II, III, IV, V, VI, VII" deste Instrumento quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave e impedirá o(s) responsável(is) de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- c) Declaração Idoneidade para licitar ou contratar, que será precedida de análise jurídica e observará as regras estabelecidas em Lei, da aplicação será de competência exclusiva da Autoridade Máxima do órgão/entidade;
- c.1. Declaração de Idoneidade para licitar ou contratar, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos subitens do subitem 11.1. incisos "VIII, IX, X, XI e XII" deste Instrumento;
- c.2. Declaração de Idoneidade para licitar ou contratar, aplicável também pelas infrações administrativas previstas nos subitens 11.1. incisos "II, III, IV, V, VI e VII" desde que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de Impedimento estipulada do subitem 11.2. alíneas c) e c.1.
- c.3. A Declaração de Idoneidade para licitar ou contratar impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

**11.3.** Se a sanção de multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente;

**11.4.** Na aplicação das sanções serão observados os princípios norteadores da Administração Pública na dosimetria da sanção, bem como a natureza e gravidade da infração, as peculiaridades



**ESTADO DE RORAIMA**  
**UASG: 980036 - PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS**  
**SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO**



do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, os danos que dela decorrerem para a Administração Pública.

**11.5.** As sanções aplicáveis não excluem, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

**11.6.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)**

**12.1.** O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

**12.2.** Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

**12.2.1.** Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)**

**13.1** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- **Unidade Orçamentária:** Secretaria Municipal de Saúde / Fundo Municipal de Saúde
- **Exercício:**
- **Programa de Trabalho:**
- **Elemento de Despesa:**
- **Fonte de Recursos:**
- **Tipo de Empenho:**

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)**

**14.1.** Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA– ALTERAÇÕES**

**15.1.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.



**ESTADO DE RORAIMA**  
**UASG: 980036 - PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS**  
**SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO**



**15.2.** O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**15.3.** As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

**15.4.** Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO**

**16.1.** Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO (art. 92, §1º)**

**17.1.** Fica eleito o Foro da Comarca de Rorainópolis, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

**Rorainópolis (RR), \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026**

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1- \_\_\_\_\_  
2- \_\_\_\_\_



**ESTADO DE RORAIMA**  
**UASG: 980036 - PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS**  
**SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO**  
**XVII - COMPROVANTE DE RECIBO DO EDITAL**



**PROCESSO N° \_\_\_\_/2026**

**EDITAL N° \_\_\_\_/2026 PNCP**

**PREGÃO PRESENCIAL N° \_\_\_\_/2026**

**MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL**

**TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO, \_\_\_\_\_**

**OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços funerários, com fornecimento de urnas mortuárias, visando atender às demandas da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SEMDES do Município de Rorainópolis/RR.**

Senhor Licitante,

Solicitamos a V.S.<sup>a</sup> a fineza de preencher o recibo do edital (modelo abaixo), remetendo-o à Sala de Licitações, por meio do e-mail: [xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx](mailto:xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx), caso não tenha retirado o mesmo junto à Comissão de Licitações.

A não remessa do recibo exime a Administração e o Pregoeiro da comunicação de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais.

Nome da Empresa:		
CNPJ		
Endereço:	n°	Bairro:
Cidade:	Estado:	Telefone: (____)
E-mail:		
Pessoa para contato:		

Obtivemos, através do site: [xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx](http://www.rorainopolis.rr.gov.br) ou de qualquer outra fonte, cópia do instrumento convocatório acima identificado.

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Responsável